

## CONCURSO PÚBLICO 001/2023 EDITAL DE ABERTURA – GUARDA MUNICIPAL PUBLICAÇÃO 001/2023

O MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Comissão Permanente de Concurso Público criada pela Portaria nº 107/2022 torna público aos interessados a abertura das inscrições destinadas ao Concurso Público Edital nº 001/2023, para preenchimento de vagas de Guardas Municipais do seu Quadro de Pessoal atualmente existentes, e que vierem surgir dentro da validade do Concurso, pelo Regime Estatutário, com base no Estatuto do Servidor do Município, Lei Complementar nº 14/2007, nº 47/2011, nº 52 de 2012, nº 103 de 2014 e nº 184/2019, e demais alterações.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Certame será regido por este Edital e suas posteriores retificações, caso haja.
- 1.1.1 O Concurso Público será executado sob a responsabilidade da Organizadora Instituto UniFil, localizada na Rua Alagoas nº 2050, Centro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, endereço eletrônico <a href="www.institutounifil.com.br">www.institutounifil.com.br</a> e correio eletrônico contato@institutounifil.com.br
- 1.2 O acompanhamento e fiscalização ficam por conta da Comissão Permanente de Concurso Público nomeada pela Portaria nº 107 de 27 de abril de 2022.
- 1.2.1. Não poderão participar do Concurso colaboradores do Instituto UniFil, e integrantes da Comissão Permanente de Concurso e pessoas com parentesco de até 3º (terceiro) grau desses, bem como colaboradores em geral do Instituto Filadélfia de Londrina, conforme recomendação nº 04/2021 do Ministério Público.
- 1.2.2 A Instituição Organizadora e a Comissão Permanente de Concurso Público deverão afastar o colaborador que tenha parentesco com algum candidato.
- 1.3 Os atos passíveis de divulgação serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município, e nos endereços eletrônicos <a href="https://www.institutounifil.com.br">www.fazendariogrande.pr.gov.br</a>
- 1.4 O prazo de validade do Concurso será de 2 (dois) anos a contar da data da publicação do ato de sua Homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, podendo surgir vagas dentro desse prazo, desde que haja necessidade e interesse da administração do Município e candidatos aprovados para o cargo.
- 1.5 Todos os questionamentos/impugnações relacionados ao presente Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato SAC do Instituto UniFil por meio do e-mail contato@institutounifil.com.br, no período de 06 de fevereiro de 2023 até 10 de fevereiro de 2023. As dúvidas e demais atendimentos podem ser enviadas no mesmo e-mail ou pelos telefones (43) 3375-7313 e (43) 3375-7353, de segunda à sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h30min às 17h (horário oficial de Brasília). Os e-mails serão respondidos dentro do prazo de 24h (vinte e quatro horas), exceto sábados, domingos e feriados.
- 1.5.1 Este Edital é público, amplamente divulgado, e a leitura na íntegra é requisito imprescindível para inscrição no certame, após o pagamento do boleto bancário, **NÃO** serão aceitas impugnações do Edital de Abertura, pois entende-se que o candidato já efetuou a leitura na íntegra do Edital de Abertura e está de acordo com ele e com todas as normas do certame. Portanto o candidato não poderá alegar desconhecimento das informações constantes nele e demais retificações (caso haja).
- 1.5.2 Não serão fornecidas, por e-mail ou telefone, informações contidas em Editais a respeito de datas, locais, e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar as publicações e o cronograma rigorosamente, conforme instruções deste Edital.
- 1.6 Fazem parte deste Edital:
- 1.6.1 Anexo I Conteúdo Programático;
- 1.6.2 Anexo II Atribuições dos Cargos;
- 1.6.3 Anexo III Modelo Atestado Médico;
- 1.6.4 Anexo IV Questionário Investigação Social.
- 1.7 Os candidatos deverão ficar atentos às datas do cronograma previsto, conforme tabela abaixo:





#### Tabela 01

CRONOGRAMA PREVISTO	
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	DATA PREVISTA
Extrato Edital de Abertura.	27/01/2023
Publicação do Edital de Abertura.	03/02/2023
Período Impugnação do Edital de Abertura.	06/02 a 10/02/2023
Período de solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.	06/02 a 10/02/2023
Protocolo dos documentos para Isenção da Taxa de Inscrição.	06/02 a 10/02/2023
Edital de resultado do Pedido de Isenção.	24/02/2023
Prazo de recurso contra Isenção de Taxa Indeferida.	28/02 a 02/03/2023
Resposta aos recursos e Edital de Isenções Homologadas.	06/03/2023
Período de Inscrições.	06/02 a 05/03/2023
Prazo de pagamento da Taxa de Inscrição.	06/02 a 06/03/2023
Prazo de envio dos Laudos Médicos para Pessoas com Deficiência ou Condição Especial para Prova.	06/02 a 06/03/2023
Publicação da lista de Inscrições Deferidas.	14/03/2023
Prazo de recurso contra as Inscrições Indeferidas.	15/03 a 17/03/2023
Publicação das respostas aos recursos e Lista de Inscrições Homologadas pós- recursos.	24/03/2023
Publicação dos Locais da Prova Objetiva.	24/03/2023
Aplicação da Prova Objetiva para todos os cargos.	02/04/2023
Publicação do Gabarito Preliminar e dos Cadernos de Provas.	03/04/2023
Prazo de recurso contra o Gabarito Preliminar.	04/04 a 06/04/2023
Publicação das respostas aos recursos e Gabarito pós-recursos.	25/04/2023
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva.	25/04/2023
Prazo de recursos contra o Resultado Preliminar Prova Objetiva.	26/04 a 28/04/2023
Publicação Resultado Final Prova Objetiva, e Convocação TAF.	05/05/2023
Aplicação do TAF	20 e 21/05/2023
Publicação Resultado Preliminar TAF.	02/06/2023
Prazo de recursos contra o Resultado Preliminar do TAF.	05/06 a 07/06/2023
Publicação Resultado Final, respostas do recursos e Convocação Exame Psicológico.	14/06/2023
Avaliação Exame Psicológico.	25/06/2023
Publicação Resultado Preliminar Exame Psicológico.	14/07/2023
Prazo de solicitação Devolutiva Exame Psicológico.	17/07 a 19/07/2023
Edital de Divulgação Local Devolutiva.	25/07/2023
Devolutiva Exame Psicológico.	30/07/2023
Publicação Convocação Exames Saúde e Entrega certidões.	03/08/2023
Entrega Exames e Avaliação Médica/Odontológica/Toxicológico, Entrega Certidões e Ficha Investigação Social.	20/08/2023





Resultado Preliminar Exames Saúde	01/09/2023		
Prazo de recursos contra o Resultado Preliminar Exame Saúde.	04/09 a 06/09/2023		
Resultado Final Exame Saúde.	14/09/20223		
Resultado Preliminar Investigação Social.	22/09/2023		
Prazo de recursos contra o Resultado Preliminar Investigação Social.	25/09 a 27/09/2023		
Publicação Resultado Final e Convocação para Curso de Formação.	06/10/2023		
Publicação Resultado Preliminar Curso de Formação.			
Prazo de recursos contra o Resultado do Curso de Formação.	As demais datas serão		
Publicação Resultado Final e Classificação Preliminar.	divulgadas na data de		
Prazo de recursos contra a Classificação Preliminar.	convocação do Curso		
Publicação Classificação Final e Homologação.			

### 2. DOS CARGOS

- 2.1 Antes de efetuar a inscrição, atente-se aos requisitos e às atribuições do cargo, evitando transtornos posteriores.
- 2.2 A inscrição no concurso público implicará na aceitação por parte do candidato de que deverá desempenhar as atribuições do cargo, descritas neste edital, de acordo com as necessidades do Município.
- 2.3 Os cargos, as vagas para ampla concorrência, Afrodescendente, Pessoa com Deficiência (PCD), o salário base, benefícios, o valor da taxa de inscrição, a carga horária mensal e os requisitos mínimos para o cargo constam nas tabelas a seguir:

CARGO	VAGAS	PCD	AFROS	SALÁRIO BASE	CARGA HORÁRIA	TAXA DE INSCRIÇÃO	REQUISITO MÍNIMO	PERÍODO PROVA OBJETIVA
Guarda Municipal	27	03	03	R\$ 2.613,25 + 40% regime especial sobre vencimento - Lei 103/14 da GM	180h e/ou regime de escala Art. 6º § 1º do Estatuto - Lei 103/14 da GM	R\$ 80,00	Ensino Médio Completo CNH no mínimo catego- ria "B" e demais requisi- tos constantes no item 3 deste Edital.	Manhã

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

- 2.4 O Vale Alimentação será ofertado R\$ 423,60 (quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos), conforme Lei Complementar nº 184/2019.
- 2.4.1 A remuneração atual salário base + 40% regime especial + vale alimentação total de R\$ 4.082,15 (quatro mil e oitenta e dois reais e quinze centavos).

### 3. REQUISITOS BÁSICOS PARA NOMEAÇÃO

- 3.1 Ser aprovado no Concurso Público.
- 3.2 Ser brasileiro(a), naturalizado(a) ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos na forma do Art. 12, § 1º Constituição Federal.
- 3.3 Ter, no mínimo 18 (dezoito) anos completos para ingresso.





- 3.4 Ter o nível de escolaridade e diplomas reconhecidos pelo MEC, conforme exigência do cargo (vide tabela 02).
- 3.5 Possuir Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima "B".
- 3.6 Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do Serviço Militar.
- 3.6.1 Ser portador de reservista ou dispensa da incorporação.
- 3.7 Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.
- 3.8 Possuir aptidão física, psicológica e mental para exercício das atribuições do cargo.
- 3.9 Autorizar a coleta de material para exame de detecção de uso de drogas.
- Idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.
- 3.11 Ter sido considerado apto para o porte de armas de fogo na avaliação psicológica realizada por profissional credenciado pela Polícia Federal, conforme Legislação em vigor.
- 3.12 Gozar de boa saúde para o exercício da função.
- 3.13 Não possuir antecedentes criminais.
- 3.14 Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público.
- 3.15 O candidato não poderá ser aposentado por invalidez e nem estar em idade de aposentadoria compulsória; não poderá, no caso de eventual posse, possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite a acumulação de cargos e funções, ressalvados os casos dispostos no Art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal.
- 3.16 Não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, observando o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos de Fazenda Rio Grande.
- 3.17 Não ter sido excluído ou licenciado a bem da disciplina da Polícia Militar, das Forças Armadas ou de outras Forças Auxiliares. 3.18 Conforme Decreto Federal nº 8.373/2014, o candidato deverá apresentar, antes da posse no cargo, Consulta de regulari-
- dade da qualificação cadastral no eSocial, obtido no endereço eletrônico http://portal.esocial.gov.br/.

### 4. DAS ISENÇÕES DA TAXA

- 4.1 Haverá isenção total da taxa de inscrição, em conformidade com o **Decreto Federal nº 11.016 de 2022**, para os candidatos inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.
- 4.1.1 Poderá ser concedida a isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal- CadÚnico de que trata o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, e que seja membro de baixa renda, nos termos do mesmo Decreto.
- 4.2 Haverá isenção total da taxa de inscrição, em conformidade com **Lei Municipal nº 1.239 de 04 de setembro de 2018**, para os candidatos Doadores de Sangue.
- 4.3 Haverá isenção total da taxa de inscrição, em conformidade com **Lei Municipal nº 1.239 de 04 de setembro de 2018**, para os candidatos Doadores de Medula Óssea.
- 4.4 Haverá isenção total da taxa de inscrição, em conformidade com **Lei Municipal nº 1.237, de 18 de julho de 2018**, para os candidatos convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral do Paraná que prestarem serviços no período eleitoral visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais, em plebiscitos ou em referendos.
- 4.5 Haverá isenção total da taxa de inscrição, em conformidade com **Lei Municipal nº 1.668, de 13 de dezembro de 2022**, para as candidatas vítimas de violência doméstica e familiar.
- 4.5.1 Para fins de aplicação desta lei, o conceito de violência doméstica e familiar é disposto no artigo 7° da Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha.
- 4.6 Para Solicitação de Isenção CadÚnico siga os passos a seguir:
- 4.6.1 O candidato deverá acessar o site <u>www.institutounifil.com.br</u> no período das **08h do dia 06 de fevereiro até 23h59min do** dia 10 de fevereiro de 2023 e realizar sua Inscrição no link Faça Aqui Sua Inscrição.





- 4.6.2 Após realização da inscrição, o candidato deverá **protocolar uma DECLARAÇÃO E/OU RESUMO FICHA CADÚNICO emitida pela Secretaria de Assistência Social** do seu município de origem **ou Declaração do Cadastro Único** para confirmação das informações.
  - a) Nome do candidato;
  - b) Número do NIS do candidato;
  - c) Renda familiar e/ou renda per capita;
  - d) Data da última atualização do benefício (atualizada nos últimos 02 anos);
  - e) Assinatura com carimbo do responsável da Secretaria.
- 4.6.4 Protocolar a declaração conforme descrição item 4.11 deste Edital.
- 4.7 Para solicitação de **Isenção Doadores de Sangue** siga os passos a seguir:
- 4.7.1 O candidato deverá acessar o site <u>www.institutounifil.com.br</u> no período das **08h do dia 06 de fevereiro até 23h59min do** dia **10 de fevereiro de 2023** e realizar sua Inscrição no *link* **Faça Aqui Sua Inscrição**.
- 4.7.2 Após realização da inscrição, o candidato deverá protocolar uma DECLARAÇÃO emitida pela entidade coletora comprovando ter realizado no mínimo 04 (quatro) doações, no tempo máximo de 24 (vinte e quatro) meses da data de publicação do Edital.
- 4.7.3 Considera-se para enquadramento do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial de saúde ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.
- 4.7.4 A Comprovação deverá ser realizada por declaração e/ou carteira de doador do hemocentro de deve constar:
  - a) Cópia simples do documento oficial de identificação com foto;
  - b) Declaração e/ou carteira com Nome completo do candidato;
  - c) Data das doações.
- 4.7.5 Protocolar a declaração conforme descrição item 4.11 deste Edital.
- 4.8 Para solicitação de **Doadores de Medula Óssea** siga os passos a seguir:
- 4.8.1 O candidato deverá acessar o site <u>www.institutounifil.com.br</u> no período das **08h do dia 06 de fevereiro até 23h59min do** dia 10 de fevereiro de 2023 e realizar sua Inscrição no link Faça Aqui Sua Inscrição.
- 4.7.2 Após realização da inscrição, o candidato deverá **protocolar uma DECLARAÇÃO E/OU COMPROVANTE emitida por órgão competente** comprovando o cadastramento.
- 4.7.3 Na declaração **DEVE CONSTAR:** 
  - a) Cópia simples do documento oficial de identificação com foto;
- b) Comprovar cadastramento perante o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea REDOME, cópia do documento oficial (carteirinha de doador e/ou declaração de inscrição) que comprove estar inscrito como doador de medula óssea.
- 4.7.4 A comprovação da doação será efetuada através de declaração, em papel timbrado, expedida por Entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, contendo nome completo, comprovação de inscrição.
- 4.7.5 Protocolar a declaração conforme descrição item 4.11 deste Edital.
- 4.8 Para solicitação de Isenção Justiça Eleitoral siga os passos a seguir:
- 4.8.1 O candidato deverá acessar o site <u>www.institutounifil.com.br</u> no período das **08h do dia 06 de fevereiro até 23h59min do** dia 10 de fevereiro de 2023 e realizar sua Inscrição no link Faça Aqui Sua Inscrição.
- 4.8.2 Após realização da inscrição, o candidato deverá **protocolar uma DECLARAÇÃO emitida pela Justiça Eleitoral** comprovando ter trabalho em dois períodos eleitoral, no tempo máximo de 02 (dois) anos, conforme previsto em Lei, fazendo jus ao direito por 04 (quatro) anos.
- 4.8.3 Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral no período de eleições, plebiscitos e referendos, na condição de:
  - a) Presidente de Mesa, Primeiro e Segundo Mesário, Secretários e suplente;
  - b) Membro, Escrutinador e Auxiliar de Junta Eleitoral;
  - c) Coordenador de Seção Eleitoral;
  - d) Secretário de Prédio e Auxiliar de Juízo;





- e) designado para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem dos locais de votação.
- 4.8.4 Entende-se como período de eleição, para os fins desta Lei, a véspera e o dia do pleito e considera-se cada turno como uma eleição.
- 4.8.5 Para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, dois eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivas ou não.
- 4.8.6 A comprovação do serviço prestado será efetuada através de declaração, expedida pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição.
- 4.8.7 Protocolar a declaração conforme descrição item 4.11 deste Edital.
- 4.10 Para solicitação de Isenção vítimas de violência doméstica e familiar siga os passos a seguir:
- 4.10.1 O candidato deverá acessar o site <u>www.institutounifil.com.br</u> no período das **08h do dia 06 de fevereiro até 23h59min do dia 10 de fevereiro de 2023** e realizar sua Inscrição no *link* Faça Aqui Sua Inscrição.
- 4.10.2 Após realização da inscrição, o candidato deverá **protocolar o BO Boletim de Ocorrência e/ou exame de corpo de delito,** quando constituir a prova material do crime.
- 4.10.3 Considera-se para enquadramento do benefício, somente as vítimas no âmbito do Município de Fazenda Rio Grande.
- 4.9.4 A Comprovação deverá ser realizada por Bo e/ou exame corpo de delito:
  - a) Cópia simples do documento oficial de identificação com foto;
  - b) Constar nome completo da candidata;
- 4.10.5 Protocolar a declaração conforme descrição item 4.11 deste Edital.
- 4.11 Para PROTOCOLAR quaisquer das declarações acima o candidato deverá acessar o site <a href="www.institutounifil.com.br">www.institutounifil.com.br</a>, Concursos com Inscrições Abertas, página específica do Concurso da Guarda Municipal da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, *link* Área Restrita do Candidato, em seguida *link* Protocolo Declaração de Isenção da Taxa, digitar seu texto e, após clicar em ENVIAR, anexar a declaração em formato PDF em um único arquivo, no período de 08h do dia 06 de fevereiro até 23h59min do dia 10 de fevereiro de 2023.
- 4.12 Serão deferidos os pedidos de isenção dos candidatos dentro das normas, conforme permitido.
- 4.12.1 A relação dos pedidos de isenção deferidos e indeferidos será divulgada no dia 24 de fevereiro 2023.
- 4.12.2 Não serão aceitos documentos protocolados de outra forma e/ou fora do prazo, que não seja conforme este item.
- 4.12.3 Qualquer solicitação realizada fora da normas previstas são indeferidas.
- 4.13 Os candidatos com solicitações de isenção indeferidas poderão impetrar recurso, conforme cronograma.
- 4.14 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido após a análise do recurso e que desejar participar do Concurso Público deverá acessar o link segunda via do boleto e efetuar o pagamento deste dentro do prazo.
- 4.15 As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a Fé pública, o que acarretará sua eliminação do Concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único, do Art. 10, do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.
- 4.16 Não será aceita solicitação de isenção da taxa em desconformidade com o Edital.

### 5. DAS INSCRIÇÕES

- 5.1 A inscrição neste Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
- 5.1.1 As inscrições serão realizadas **exclusivamente pela Internet** no endereço eletrônico <u>www.institutounifil.com.br</u>, no período das **08h do dia 06 de fevereiro de 2023 até às 23h59min do dia 05 de março de 2023,** horário oficial de Brasília.
- 5.1.2 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 5.2 O sistema NÃO é compatível com todos celulares, assim recomendamos que as inscrições sejam realizadas de um computador.
- 5.3 Da inclusão do uso do Nome Social:
- 5.3.1 Ao preencher o Formulário de Inscrição, o candidato poderá informar o seu nome social.





- 5.3.2 Em conformidade com Decreto Federal nº 8.727/2016, fica assegurado às pessoas transexuais e travestis o direito à identificação por meio do seu nome social e direito à escolha de tratamento nominal às pessoas transexuais e travestis, durante o concurso.
- 5.3.3 Entende-se por nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificadas por sua comunidade e em seu meio social.
- 5.3.4 O nome social deve ser o único a ser divulgado nos editais e/ou qualquer publicação referente ao certame.
- 5.3.5 Os candidatos que optarem pelo nome social deverão enviar um e-mail no período das inscrições para contato@institu-tounifil.com.br com cópia do documento civil e declaração do nome social.
- 5.3.6 Os candidatos deverão apresentar na realização das provas e nomeação, documentos pessoais com nome civil e declaração assinada pelo candidato com firma reconhecida constando nome social e nome civil.
- 5.3.7 As pessoas transexuais e travestis, candidatas a este concurso, deverão apresentar com identificação oficial no dia de realização das provas (todas etapas), um dos documentos previstos neste edital.
- 5.4 A inscrição do candidato implicará no conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, retificações, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá ser alegado desconhecimento. 5.4.1 Após conhecimento do edital, o candidato deverá:
  - a) Preencher o formulário de inscrição;
  - b) Imprimir e conferir o boleto bancário;
- c) Recolher o valor de inscrição nas casas lotéricas, caixas eletrônicos, internet banking ou instituições bancárias até a data limite para pagamento: **06 de março de 2023**.
- 5.4.2 Não haverá devolução da importância paga, em hipótese alguma, ainda que efetuada a mais ou em duplicidade, exceto em caso de anulação do certame.
- 5.4.3 É de responsabilidade do candidato conferir todos os dados impressos no boleto antes de efetuar o pagamento.
- 5.5 No caso de inscrições em duplicidade, será homologada somente a inscrição realizada por último no sistema.
- 5.6 O Instituto UniFil não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 5.7 O pagamento efetuado por meio de cheque somente será considerado quitado após a respectiva compensação.
- 5.7.1 Em caso de devolução do cheque, qualquer que seja o motivo, considerar-se-á automaticamente sem efeito a inscrição.
- 5.8 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento das agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
- 5.9 A inscrição somente será confirmada após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.
- 5.10 Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado em valor menor que o estabelecido e as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após o vencimento do boleto.
- 5.11 O candidato inscrito não deverá enviar qualquer documento de identificação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da Lei.
- 5.12 As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a Comissão Especial e o Instituto UniFil o direito de excluir do Concurso Público a que se refere este Edital aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta ou fornecer dados falsos.
- 5.13 O Instituto UniFil aconselha os candidatos que guardem seu comprovante de inscrição e de pagamento para posterior apresentação, caso seja necessário.
- 5.14 Sua inscrição será processada somente após a comunicação bancária e a homologação realizada pela Instituição Organizadora, podendo levar até 05 (cinco) dias uteis.
- 5.14.1 O candidato poderá acompanhar o status de sua inscrição no *link* **Consulte sua Inscrição,** no site www.institutounifil.com.br, através do seu CPF.
- 5.15 Em hipótese alguma será permitida alteração do cargo para qual se inscreveu.
- 5.16 O candidato que por algum motivo perdeu o boleto ou prazo de pagamento, poderá gerar **segunda via do boleto bancário**, se necessário, até o último dia de pagamento, conforme cronograma.





5.17 As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, por crime contra a Fé pública, o que acarretará sua eliminação do Concurso aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do Art. 10, do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

### 6. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS – PCD

- 6.1 Será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso para Pessoas com Deficiência, em cumprimento ao Decreto Municipal 3049 de 2012.
- 6.1.1 Caso a aplicação do percentual de que se trata o subitem 6.1 deste Edital resulte em número fracionado, a partir de 5/10 (cinco décimos) este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por este edital.
- 6.1.2 O percentual se aplica nas vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso, a classificação obedecerá ao quadro geral de vagas.
- 6.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no Art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 alterado pelo Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nos termos da Lei, as que se enquadram nas categorias de I a VI a seguir; e as contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: "O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes".
- 6.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu Art. 40, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para aprovação.
- 6.4 O candidato que for admitido na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de cargo, remoção, redução de carga horária ou alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições e assistência de terceiros no ambiente de trabalho para o desempenho das atribuições do cargo.
- 6.5 O candidato que se inscrever como pessoa com deficiência concorrerá, além das vagas reservadas por força de lei, também à totalidade das vagas de ampla concorrência.
- 6.6 Os candidatos inscritos como pessoa deficiente concorrerão concomitantemente às vagas reservadas aos afro-brasileiros, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.
- 6.7 Inexistindo candidatos inscritos à vaga reservada à pessoa com deficiência, ou no caso de não haver candidatos aprovados, essa vaga será preenchida pelos demais candidatos de ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
- 6.8 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição, afirmar que deseja concorrer às vagas reservadas e, se necessário, escolher condição especial para prova, além de enviar LAUDO MÉDICO comprovando a deficiência.
- 6.8.1 O laudo médico (original ou cópia autenticada) deverá ter sido expedido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doença-CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão. Deverão ser anexadas ao Laudo Médico informações como: nome completo, número do documento de identidade (RG), número do CPF.
- 6.9 O laudo médico deverá ser enviado no período de 06 de fevereiro de 2023 até 06 de março de 2023, via SEDEX com AR -Aviso de Recebimento, conforme quadro abaixo:

DESTINATÁRIO:
INSTITUTO UNIFIL
AV. MARINGÁ, № 813 - LOJAS 04 A 06
CAIXA POSTAL 12047
LONDRINA/PR
CEP: 86.060-981

A/C CONCURSO PÚBLICO 001/2023

LAUDO MÉDICO PCD / GUARDA MUNICIPAL FAZENDA RIO GRANDE





6.10 O candidato que declarar ser deficiente deverá:

- 6.10.1 Estar ciente das atribuições do cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação durante o curso de formação.
- 6.10.2 Informar se deseja concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
- 6.11 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Capítulo, não poderá interpor recurso administrativo em favor de sua condição.
- 6.12 O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome na lista específica de candidatos com deficiência.
- 6.13 O candidato com deficiência aprovado no Concurso, quando convocado, deverá submeter-se à avaliação a ser realizada pela Junta Médica do Município ou por ela credenciada, munido de documento de identificação original, objetivando verificar se a deficiência se enquadra na previsão do Art. 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), observadas as seguintes disposições:
- 6.13.1 **Deficiência física** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
- 6.13.2 **Deficiência auditiva** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
- 6.13.3 **Deficiência visual** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
- 6.13.4 **Deficiência mental** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
  - a) comunicação;
  - b) cuidado pessoal;
  - c) habilidades sociais;
  - d) utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
  - e) saúde e segurança;
  - f) habilidades acadêmicas;
  - g) lazer;
  - h) trabalho.
- 6.13.5 **Deficiência múltipla** associação de duas ou mais deficiências.
- 6.13.6 **Transtorno do espectro autista** considera-se pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (Lei nº 12.764/2012). 6.14 Os candidatos aprovados poderão passar por avaliação, por Junta Médica nomeada pelo Munícipio.
- 6.15 A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identificação original e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item 6 deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de
- deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência.
- 6.16 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência à avaliação.
- 6.17 Se a deficiência do candidato não se enquadrar na previsão do Art. 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, e na Súmula nº 377 do STJ, ele será classificado em igualdade de condições com os demais candidatos.
- 6.18 Não caberá recurso contra decisão proferida pela Junta Médica.
- 6.19 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito de ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
- 6.20 O laudo médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.





- 6.21 Será exonerado o candidato com deficiência que, no decorrer do estágio probatório, tiver verificada a incompatibilidade de sua deficiência com as atribuições do cargo.
- 6.22 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.
- 6.23 O candidato que encaminhar laudo médico e que não tenha indicado no ato da inscrição se deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como "concorrendo às vagas reservadas".
- 6.24 Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6 e seus subitens, serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

### 7. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA E DAS LACTANTES

- 7.1 O candidato que necessitar de condição especial para realização da Prova Objetiva deverá solicitar no preenchimento do formulário de inscrição e enviar laudo médico conforme item 6.9, comprovando a necessidade.
- 7.2 Será considerado para este efeito somente laudo enviado dentro do prazo, para as seguintes situações:
- a) O candidato com deficiência visual que necessitar de prova especial em Braille ou Ampliada ou Leitura de sua prova deverá encaminhar solicitação por escrito, dentro do prazo previsto, especificando o tipo de deficiência;
  - b) O candidato com deficiência auditiva que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais;
- c) O candidato com deficiência física que necessitar de atendimento especial deverá solicitar, por escrito, mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas, etc., especificando o tipo de deficiência;
- d) O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá encaminhar solicitação com justificativa, acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.
- 7.3 Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em *Braille* serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em *Braille*. Os referidos candidatos deverão levar no dia da aplicação da prova reglete e punção podendo, ainda, utilizar-se de soroban.
- 7.4 Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas nesse sistema.
- 7.4.1 A prova ampliada será em fonte 24.
- 7.4.2 Para transcrição da Folha de Respostas será fornecido um fiscal.
- 7.4.3 O direito da condição especial não obriga o candidato ser deficiente, podendo solicitar condição especial qualquer candidato, sujeito a análise da comissão.
- 7.5 O candidato que for amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003 e suas alterações e necessitar realizar as fases do Concurso armado, deverá enviar solicitação com cópia do CPF, Carteira de Identidade e cópia do Certificado de Registro da Arma de Fogo e da Autorização de Porte, para endereço conforme item 7.7.1 deste Edital.

### 7.6 CANDIDATAS LACTANTES

- 7.6.1 Conforme Lei Federal nº 13.872, de 17 setembro de 2019, estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.
- 7.6.2 A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. 7.6.3 O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.
- 7.7 A candidata que desejar amamentar no dia da prova deverá **enviar a certidão de nascimento do lactente** (cópia simples) ou laudo médico (original ou cópia autenticada) que ateste esta necessidade.
- 7.7.1 O laudo médico e/ou Certidão de Nascimento deverá ser enviado no período de 06 de fevereiro de 2023 até 06 de março de 2023, via SEDEX com AR Aviso de Recebimento, conforme quadro abaixo:





DESTINATÁRIO:
INSTITUTO UNIFIL
AV. MARINGÁ, № 813 - LOJAS 04 A 06
CAIXA POSTAL 12047
LONDRINA/PR
CEP: 86.060-981

A/C CONCURSO PÚBLICO 001/2023 CONDIÇÃO ESPECIAL/LACTANTE / GUARDA MUNICIPAL FAZENDA RIO GRANDE

- 7.7.2 As candidatas lactantes, no dia da realização da Prova, deverão comparecer ao local com acompanhante para cuidar da criança, maior de idade (ou seja, com no mínimo 18 anos), sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local. 7.7.3 Durante o período de amamentação, a candidata lactante será acompanhada por um fiscal e não será permitido uso de quaisquer equipamentos, ou consultas a apostilas, cadernos, anotações, etc.
- 7.7.4 A candidata lactante que não comparecer com acompanhante poderá ser impedida de realizar a prova.
- 7.8 O candidato que **não** solicitar atendimento especial no formulário de inscrição e/ou não enviar documentos/laudos que comprovem não terá atendimento especial, apenas o preenchimento ou envio do documento não é suficiente para obtenção do atendimento.

#### 8. DAS INSCRIÇÕES PARA AFRODESCENDENTES

- 8.1 Em cumprimento com a Lei Estadual nº 14.274/2003, será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso.
- 8.1.1 Caso a aplicação do percentual de que se trata o subitem 8.1 deste Edital resulte em número fracionado, a partir de 5/10 (cinco décimos) este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
- 8.2 Para concorrer às vagas destinadas aos afrodescendentes, o candidato deverá declarar ser negro/pardo no momento da inscrição, ficando ciente de que, se aprovado no número de vagas, deverá, quando convocado, preencher a auto declaração de que é pertencente ao grupo racial negro e de que possui os traços fenótipos que o caracterizam como de cor preta ou parda.
- 8.2.1 O candidato poderá passar por entrevista individual por banca credenciada pelo Município.
- 8.3 O candidato optante pelas vagas de afrodescendentes aprovado no Concurso, quando convocado, deverá apresentar auto declaração, munido de documento de identificação original, e deverá se enquadrar nas normas da Lei Estadual nº 14.274/2003. 8.4 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
- 8.5 Se o candidato não se enquadrar no perfil da vaga de afrodescendente, ele será classificado em igualdade de condições com os demais candidatos.
- 8.6 Detectada a falsidade na declaração a que se refere a vaga, sujeita-se o candidato infrator à pena da Lei, sujeitando-se ainda:
- I Se já nomeado no cargo efetivo para o qual concorreu à reserva de vagas aludida no Art. 1º da Lei, utilizando-se de declaração inverídica, à pena disciplinar de demissão;
  - II Se candidato, à anulação da inscrição no Concurso Público e de todos os atos dele decorrentes.

### 9. DO DEFERIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 9.1 A listagem com as inscrições deferidas será publicada no dia 14 de março de 2023.
- 9.1.1 Os candidatos com inscrições indeferidas poderão protocolar recursos dentro do prazo, anexando comprovantes.
- 9.2 Após análise dos recursos, a comissão Organizadora poderá incluir ou excluir candidatos, sendo considerados inscritos os candidatos que constarem no Edital de Homologação das Inscrições.





9.3 Serão publicadas 03 (três) listas de Homologação das Inscrições, sendo uma dos candidatos na ampla concorrência, uma dos candidatos Afrodescendentes, e uma com as Pessoas com Deficiência.

### 10. DAS FASES DE AVALIAÇÃO

- 10.1 As provas de todas as fases serão aplicadas na cidade de Fazenda Rio Grande/PR.
- 10.2 Fazem parte da avaliação do Concurso as seguintes fases:
- a) <u>Prova Objetiva</u> para **todos os candidatos** com inscrição homologada de caráter classificatório e eliminatório, sob responsabilidade do Instituto UniFil;
- b) <u>Teste Aptidão Física TAF</u> para os candidatos aprovados na linha de corte **objetiva** de caráter classificatório e eliminatório, sob responsabilidade do Instituto UniFil;
- c) <u>Avaliação Psicológica</u> para **aprovados no TAF** dentro da linha de corte de caráter eliminatório, sob responsabilidade do Instituto UniFil;
- d) <u>Avaliação Médica/Odontológica/Toxicológico</u> para **todos os candidatos aprovados na Avaliação Psicológica** de caráter eliminatório, sob responsabilidade do Instituto UniFil;
- e) <u>Investigação Social</u> para **todos os candidatos aprovados na Avaliação Médica/Odontológica/Toxicológico** de caráter eliminatório, sob responsabilidade do Instituto UniFil;
- f) <u>Curso de Formação</u> para **todos candidatos nomeados** de caráter classificatório e eliminatório sob responsabilidade do Município de Fazenda Rio Grande.

Tabela 03

CARGOS	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PESO POR QUESTÃO	VALOR TOTAL	PONTUAÇÃO MÍNIMA	CARÁTER
			Língua Portuguesa	10	2,50	25,00	7,50	
			Matemática/Raciocínio	10	2,50	25,00	5,00	
			Lógico					
	1 <u>ª</u>	Objetiva	Informática Básica	05	2,50	12,50	2,50	Classificatório e
		1= Objetiva	Conhecimentos Gerais/Atualidades	05	2,50	12,50	2,50	Eliminatório
			Conhecimentos Específicos	10	2,50	25,00	10,00	
		Total de questões e pontos				100,00		
	2ª	TAF	Item 12			20,00	12,00	Classificatório e Eliminatório
	3ª	Aval. Psicológica	Item 13					Eliminatório
	<b>4</b> ª	Aval. Médica Odont./Toxicol.	Item 14					Eliminatório
	5ª	Investigação Social	Item 15					Eliminatório
	6 <u>ª</u>	Curso Formação	Item 16			100,00	70,00	Classificatório e Eliminatório
	Total máximo de pontos					220,00		

- 10.3 Os conteúdos programáticos referentes à Prova Objetiva são os constantes do Anexo I deste Edital.
- 10.4 A prova objetiva será composta de 40 (quarenta) questões distribuídas por áreas de conhecimento. Cada questão da prova objetiva terá 04 (quatro) alternativas, sendo que cada questão terá apenas 1 (uma) alternativa correta, pontuadas conforme a Tabela 03. Será atribuída pontuação 0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.
- 10.5 O candidato deverá obter 60.00 (sessenta) pontos ou mais na prova objetiva para não ser eliminado do concurso público, além de atingir a nota mínima da pontuação por disciplina, e não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.





#### 11. DA PROVA OBJETIVA

- 11.1 A Prova Objetiva será aplicada no período vespertino, na cidade de **Fazenda Rio Grande** em data provável de **02 DE ABRIL DE 2023**, caso o número de candidatos exceda o número de lugares adequados para realização das provas, reserva-se o direito de realizá-las em cidades vizinhas.
- 11.2 A convocação para as referidas provas será divulgada através de Edital específico em data provável de 24 de março de 2023, e o Cartão de Informação do Local de Prova será disponibilizado na mesma data na área restrita do candidato.
- 11.2.1 Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
- 11.3 A Comissão Permanente de Concurso Público e o Instituto UniFil poderão, se necessário, alterar a data de realização das provas, sendo necessário comunicar os candidatos com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência, ficando sob responsabilidade do candidato o deslocamento e a hospedagem, se necessário.
- 11.4 Não serão aceitas justificativas de ausência ou de comparecimento em data, local e/ou horário incorretos.
- 11.4.1 A Prova Objetiva será realizada na data, horário e local informados, independente das condições climáticas e não será alterado em hipótese alguma a pedido do candidato.
- 11.5 Os eventuais erros de digitação de nome, número de documento de identidade, sexo e data de nascimento, poderão ser corrigidos no prazo recursal de indeferimento das inscrições, ou deverão ser corrigidos no dia da prova, com o fiscal de sala, em campo destinado para correção.
- 11.6 O candidato que, por qualquer que seja o motivo, não tiver seu nome constando no Edital de Homologação, mas apresentar o comprovante de pagamento efetuado nos moldes previstos neste Edital, poderá participar do Concurso Público, devendo preencher e assinar, no dia da Prova Objetiva, um formulário específico.
- 11.6.1 A inclusão de que trata o Item 11.6 será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.
- 11.7 A Prova Objetiva terá duração de 3h30min, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.
- 11.8 A Folha de Respostas será personalizada e será o único documento válido para correção da Prova Objetiva. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas (Prova Objetiva) por erro do candidato.
- 11.8.1 Para o preenchimento da Folha de Respostas, o candidato NÃO poderá:
  - a) efetuar dupla marcação;
  - b) amassar a Folha;
  - c) rasurar;
  - d) molhar;
  - e) rasgar;
  - f) furar
  - g) preencher a lápis e/ou qualquer caneta que não seja de tinta azul ou preta de corpo transparente.
- 11.9 Ao terminar a prova o candidato deverá entregar, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e o Caderno de Questões.
- 11.9.1 O candidato só poderá sair da sala em definitivo após 1h (uma hora) do início da Prova.
- 11.9.2 O candidato, após identificado, só poderá se ausentar da sala acompanhado de um fiscal e após 30min (trinta minutos) do início da prova.
- 11.9.3 O candidato só poderá levar consigo o Caderno de Questões restando 1h (uma hora) para o final da prova.
- 11.9.4 Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
- 11.9.5 Depois de identificado e alocado na sala de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguardar o horário de início da prova, bem como utilizar qualquer equipamento eletrônico, como celular.
- 11.9.6 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.
- 11.9.7 Durante a Prova Objetiva não será permitido ao candidato consultas bibliográficas de qualquer espécie, bem como usar no local de exame armas ou aparelhos eletrônicos (calculadora, agenda eletrônica, bip, gravador, laptop, pager, palmtop, tablet, receptor, relógios, telefone celular, controles eletrônicos, walkman, etc.), boné, gorro, lenço na cabeça, chapéu e óculos de sol. O descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato. Os casos omissos serão tratados pela Organizadora e a Comissão Fiscalizadora do Concurso.





- 11.9.8 O Instituto UniFil recomenda que o candidato NÃO leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior no dia de realização da prova. Caso seja necessário o candidato portar alguns desses objetos, esses deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences fornecidos pelo Instituto UniFil. Aconselha-se, ainda, que caso compareçam com celular, desliguem e retirem a bateria, garantindo que nenhum som será emitido, inclusive de despertador. Caso toque e/ou emita som, mesmo dentro do envelope de pertences lacrado, o candidato portador do equipamento e/ou celular será eliminado.
- 11.9.9 O Instituto UniFII **não** ficará responsável pela guarda de quaisquer objetos pertencentes aos candidatos, tampouco se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
- 11.9.10 Conforme Lei federal nº 9294 de 1996, é proibido fumar nas dependências das Escolas, mesmo que no pátio.
- 11.10 O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova, constante no Cartão de Informação do Local de Prova, com antecedência mínima de 45min (quarenta e cinco minutos) do fechamento dos portões, munido de:
- a) Documento oficial original com foto: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe (reconhecidos por Lei), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou Certificado Militar, ou Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) ou Passaporte;
- b) Em caso de perda e/ou roubo dos documentos, o candidato deverá comparecer ao local de prova com B.O. (boletim de ocorrência) emitido nos últimos 30 (trinta) dias, sendo original ou cópia autenticada. O B.O. será retido pela coordenação, ainda será realizada a coleta de impressão digital;
  - c) Caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente.
- 11.10.1 Não serão aceitos como documentos de identidade protocolos de solicitação de documentos, certidões de nascimento e de casamento, títulos eleitorais, carteiras funcionais sem valor de identidade, Carteira de Habilitação sem foto, documento digital acessado de forma on-line, carteira de estudante, carteiras de agremiações desportivas, fotocópias dos documentos de identidade, ainda que autenticadas, bem como documentos ilegíveis e/ou não identificáveis; nem documentos eletrônicos acessados por meio de aplicativos ou que necessitem do uso do celular.
- 11.10.2 Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
- 11.10.3 Não será permitida a permanência de nenhuma pessoa no local de realização das provas que não seja candidato ou acompanhante de lactante.
- 11.11 O Instituto UniFil poderá realizar o uso de detectores de metal nos candidatos.
- 11.12 Não será permitido em hipótese alguma, sujeito exclusão do Concurso o candidato que:
  - a) se apresentar após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
  - b) não apresentar o documento exigido no Edital de Abertura;
  - c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- d) se ausentar da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido;
- e) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, ou utilizando livros, notas, impressos ou calculadoras;
- f) for surpreendido **usando** boné, gorro, chapéu, lenço na cabeça, óculos de sol ou fazendo uso de telefone celular, gravador, relógio, receptor, pager, bip, gravador, notebook e/ou equipamento similar;
  - g) lançar mão de meios ilícitos para executar as provas;
- h) não devolver o Caderno de Questões dentro do prazo previsto e sua Folha de Respostas, em caso de se ausentar antes da última 1h de prova;
- i) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;
  - j) fizer anotação de informações relativas as suas respostas fora dos meios permitidos;
  - k) se ausentar da sala de provas portando a Folhas de Respostas e/ou Cadernos de Questões;
  - I) não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas;
- m) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso;
  - n) não permitir a coleta de sua assinatura;





- o) descumprir as normas e os regulamentos da Instituição Organizadora e da Comissão do Concurso durante a realização das provas;
- p) em toda e quaisquer dependências físicas onde será realizada a prova, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados no item deste edital. É expressamente proibida a realização de qualquer tipo de imagem, por qualquer meio eletrônico, do local de prova, por parte do candidato, cabendo ao Instituto UniFil a aplicação da penalidade devida.
- 11.13 O candidato deverá assinalar as respostas das questões da Prova Objetiva na Folha de Respostas, preenchendo os alvéolos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de corpo transparente.
- 11.13.1 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato, tais como marcação rasurada, marcação não preenchida integralmente, marcações feitas a lápis, ou qualquer outro tipo diferente da orientação contida na Folha de Respostas ou na capa do caderno de questões.
- 11.14 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.
- 11.15 O candidato poderá solicitar o espelho da Folha de Respostas no período de recurso contra o Resultado Preliminar da Prova Objetiva. O espelho será disponibilizado na data prevista para as respostas aos recursos, em link específico na área restrita do candidato.

### 12. DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA - TAF

- 12.1 Haverá Teste de Aptidão Física TAF para os candidatos aprovados na Prova Objetiva dentro da linha de corte.
- 12.1.1 Serão convocados somente dos 500º (quinhentos) primeiros colocados, sendo necessário os candidatos atingirem a nota mínima conforme item 10.5 deste Edital.
- 12.1.2 Todos os candidatos empatados com o último colocado, dentro do limite estabelecido serão convocados para o TAF.
- 12.1.3 Será reservado o percentual de 5% para os candidatos inscritos como PCD e 10% para os candidatos inscritos como Afrodescendente, ou seja, 25 (vinte e cinco) vagas da linha de corte são para candidatos PCD e 50 (ciquenta) vagas da linha de corte são para candidatos inscritos como Afrodescendentes. Caso não haja aprovado será chamado os candidatos da ampla concorrência.
- 12.2 O Teste de Aptidão Física conceitua-se como o procedimento que recorre a métodos, técnicas e instrumentos de avaliação, capazes de identificar aspectos ligados ao condicionamento físico do candidato, objetivando, assim, estabelecer um prognóstico da qualidade do desempenho das atividades relativas ao cargo, com a finalidade de avaliar a capacidade do candidato de suportar física e organicamente (fisiologicamente) as condições e exigências de exercício das tarefas rotineiras do cargo de Guarda Municipal.
- 12.3 O TAF será realizado na cidade de Curitiba em datas prováveis de 20 E 21 DE MAIO DE 2023.
- 12.3.1 A lista dos candidatos convocados para o TAF será publicada no dia 05 de maio de 2023.
- 12.3.2 Caso a banca julgue necessário e não seja possível a avaliação em dois finais de semana, se necessário, alterar a data de realização das provas, sendo necessário comunicar os candidatos com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência.
- 12.3.3 Os candidatos não poderão escolher o dia da avaliação, ficando a critério da organizadora a ordem de convocação.
- 12.3.4 Serão convocados os candidatos aprovados na Prova Objetiva conforme item 11 deste Edital.
- 12.4 Para realização do TAF é obrigatória a apresentação do **DOCUMENTO OFICIAL ORIGINAL COM FOTO** e o **ATESTADO MÉDICO DE SAÚDE** que comprove estar **APTO** para realização do teste.
- 12.4.1 Os candidatos deverão apresentar Atestados da seguinte forma: Original e/ou Cópia Autenticada em Cartório competente, Papel Timbrado, CRM do Médico, Carimbo do Médico e/ou assinatura digital e emitido nos últimos 20 (vinte) dias anteriores à avaliação.
- 12.4.2 No atestado médico deverá constar expressamente que o candidato está **APTO** a realizar o Teste de Aptidão Física ou a realizar exercícios físicos, conforme modelo no Anexo III deste Edital.
- 12.4.3 O atestado médico será retido pela Instituição Organizadora, não será devolvido ao candidato em hipótese alguma.
- 12.4.4 No caso de **não apresentação** do atestado e/ou atestado fora do prazo e/ou atestado que não conste sua aptidão para prática de exercícios, o candidato **NÃO** poderá realizar a prova, sendo assim eliminado do Concurso.
- 12.4.5 Quaisquer casos de alterações orgânicas, permanentes ou temporárias, tais como deficiências físicas, estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outros que impossibilitem ou diminuam ou limitem a capacidade física e/ou





orgânica do candidato para se submeter ao TAF não serão aceitos para tratamentos diferenciados, nem para o dia do teste e nem para alegações recursais, sendo considerado pela comissão o atestado médico.

- 12.4.6 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização do teste de aptidão física não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.
- 12.5 Para realização do Teste de Aptidão Física os candidatos deverão comparecer em data, local e horário a serem oportunamente divulgados, com roupa apropriada para prática de atividade física (camiseta, shorts/bermuda e tênis).
- 12.6 O TAF será realizado na data, horário e local informados independente das condições climáticas.
- 12.7 Serão avaliados os seguintes itens:
  - a) Impulsão Horizontal (masculino e feminino);
  - b) Flexão abdominal (masculino e feminino);
  - b) Tração na barra fixa (masculino) e Isometria na barra fixa (feminino);
  - c) Corrida 12min (masculino e feminino).

**FEMININO** 

- 12.8 Todos os candidatos convocados realizarão o Teste de Aptidão Física em igualdade de condições, sem ressalvas, devendo atingir os índices em cada teste, de acordo com o estabelecido neste item.
- 12.8.1 Para ser considerado APTO no TAF, o candidato deverá obter, no mínimo, 12 (doze) pontos dos 20 (vinte) possíveis na somatória de pontos dos respectivos testes (não podendo zerar em nenhum deles/atingir mínimo de cada), conforme tabela a seguir:

**IMPULSÃO HORIZONTAL** 

#### Tabela 04

FEMININO MASCULINO					
DISTÂNCIA (METROS)	PONTOS	DISTÂNCIA (METROS)	PONTOS		
Acima de 1,80m	5.00	Acima de 2,20m	5.00		
De 1,75 a 1,79m	4.00	De 2,15 a 2,19m	4.00		
De 1,70 a 1,74m	3.00	De 2,10 a 2,14m	3.00		
De 1,65 a 1,69m	2.00	De 2,05 a 2,09m	2.00		
De 1,60 a 1,64m	1.00	De 2,00 a 2,04m	1.00		
Até 1,59m	0.00 (eliminado)	Até 1,99m	0.00 (eliminado)		
	TESTE DE FLEX	IÇÃO ABDOMINAL			
FEMIN	INO	MASCU	JLINO		
Repetições	Pontos	Repetições	Pontos		
Acima 46	5,00	Acima de 51	5,00		
De 41 a 45	4,00	De 46 a 50	4,00		
De 36 a 40	3,00	De 41 a 45	3,00		
De 31 a 35	2,00	De 36 a 40	2,00		
De 26 a 30	1,00	De 31 a 35	1,00		
Até 25	0,00 (eliminado)	Até 30	0,00 (eliminado)		
	BAR	RA FIXA			
FEMININO (ISOMETRIA –		MASCULINO (BARRA FIXA			
PRONA	ÇÃO)	PRONA	ÇÃO)		
Tempo em segundos	PONTOS	Nº de repetições	PONTOS		
Acima de 30seg	5.00	Acima de 11	5.00		
De 25,01 a 29,99seg	4.00	De 9 a 10	4.00		
De 20,01 a 25seg	3.00	De 7 a 8	3.00		
De 15,01 a 20seg	2.00	De 5 a 6	2.00		
De 10,01 a 15seg	1.00	De 3 a 4	1.00		
De 0 a 10seg	0.00 (eliminado)	De 0 a 2	0.00 (eliminado)		
	CORRIDA DE 12 minut	os (masculino e feminino)	·		

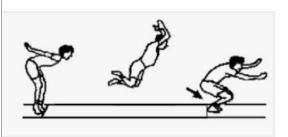


**MASCULINO** 



DISTÂNCIA	PONTOS	DISTÂNCIA	PONTOS
2.400m ou mais	5.00	2.600m ou mais	5.00
De 2.300 a 2.399m	4.00	De 2.500 a 2.599m	4.00
De 2.200 a 2.299m	3.00	De 2.400 a 2.499m	3.00
De 2.100 a 2.199m	2.00	De 2.300 a 2.399m	2.00
De 2.000 a 2.099	1.00	De 2.200 a 2.299m	1.00
Menos de 2.000m	0.00 (eliminado)	Menos de 2.200m	0.00 (eliminado)

### 12.9 DESCRIÇÃO PROVA IMPULSÃO HORIZONTAL (masculino e feminino)



- 12.9.1 O teste será realizado em local plano, sem obstáculo com superfície plana e rígida.
- 12.9.2 O candidato deverá colocar-se em pé com os pés afastados lateralmente entre si atrás da linha de início da marcação com as pernas semiflexionadas e os braços para trás, e sem tocar a linha.
- 12.9.3 Procedimentos de preparação e execução do teste para os candidatos dos sexos masculino e feminino:
- a) O candidato deverá saltar à frente com a impulsão de ambos os pés, com livre movimentação do tronco e braços, devendo ultrapassar a linha de marcação da distância mínima estabelecida (quando completar o salto, o desequilíbrio, se houver, deverá ser à frente, desde que não haja movimentação dos pés durante a aterrissagem);
- b) Quando da aterrissagem com os pés, o calcanhar do pé que estiver mais próximo da linha de saída será a referência para a medida obtida da tentativa;
  - c) A medida considerada oficialmente será somente a realizada pelo avaliador responsável pelo teste.
- 12.9.4 Cada candidato poderá realizar até 2 (duas) tentativas com intervalos mínimos de 1 (um) minuto entre elas. Será considerada a melhor marca obtida por cada candidato.
- 12.9.5 Se o candidato não conseguir atingir o referido índice na tabela de desempenho mínimo até a segunda tentativa será considerado inapto e estará eliminado do concurso.
- 12.9.6 O candidato que conseguir atingir o índice estabelecido na tabela de desempenho mínimo executará o próximo teste (flexão abdominal).
- 12.9.7 Não será permitido ao candidato, quando da realização do teste de impulsão horizontal:
  - a) Receber qualquer tipo de ajuda física; utilizar qualquer equipamento, aparelho ou material de auxílio à impulsão;
  - b) Perder o contato com o solo de qualquer um dos pés antes da impulsão;
  - c) Tocar com o(s) pé(s) a linha de saída (salto queimado);
  - d) Projetar o corpo à frente com consequente rolamento;
  - e) Saltar descalço.
- 12.9.8 O candidato deverá iniciar o teste no comando de voz do avaliador quando ouvir a palavra " Em posição, Já!",
- 12.9.9 Será concedida uma segunda tentativa a todos os candidatos, ficando a critério do candidato a realização da segunda tentativa ou não, será considerado a maior distância.
- 12.9.10 Para a nova tentativa, o candidato voltará para final da fila e deverá aguardar o tempo mínimo de 1min.
- 12.9.11 O teste de Impulsão Horizontal será de caráter eliminatório. O candidato deverá atingir a pontuação mínima exigida para realizar a prova de flexão abdominal, ficando eliminado candidato que não atingir a pontuação mínima.
- 12.9.12 O candidato poderá conferir a distância juntamente com a avaliador.





### 12.10 DESCRIÇÃO PROVA FLEXÃO ABDOMINAL (masculino e feminino)



- 12.10.1 O candidato posiciona-se em decúbito dorsal com os joelhos flexionados a 90 (noventa) graus e com os braços cruzados sobre o tórax, palma das mãos voltada para o tórax na altura dos ombros opostos e com o terceiro dedo em direção ao acrômio (mão esquerda tocando o ombro direito e mão direita tocando o ombro esquerdo) e as pernas flexionadas a 90 (noventa) graus com a planta dos pés em contato com o solo. O avaliador fixa os pés do candidato ao solo.
- 12.10.2 A metodologia para a preparação e a execução do exercício será a seguinte:
- a) ) Ao comando do Examinador de Banca de "posição inicial", o candidato deverá tomar a posição conforme item. Não é necessário tocar a cabeça no colchonete.
- b) Ao comando do Examinador de Banca de "iniciar", o candidato inicia os movimentos de flexão do tronco até tocar com os cotovelos nas coxas, retornando à posição inicial sem alterar a posição dos braços, de forma que a escápula encoste no chão, completando assim, uma repetição, devendo executar o maior número de repetições em um minuto. Ao movimento completo e correto do exercício será conferida 01 (uma) repetição.
- c) O candidato deverá executar o maior número de repetições corretas, sendo permitido o repouso entre os movimentos, na posição inicial, porém sem retirar as mãos do tórax.
- 12.10.3 O Avaliador deverá fazer a contagem em voz alta ao próprio candidato. O avaliador irá contar o número de repetições válidas realizadas. Quando a execução do exercício não atender ao previsto neste edital, a execução não será contada.
- 12.10.4 Cada execução começa e termina sempre na posição inicial. Somente assim será contada uma execução completa. A pontuação atribuída ao candidato corresponderá ao número de repetições válidas executadas até o momento de interrupção do teste.
- 12.10.5 Caso o candidato seja considerado inapto ou não tenha conseguido atingir o índice estabelecido na tabela de desempenho mínimo será eliminado do Concurso. Não serão permitidas outras tentativas neste teste.
- 12.10.6 O candidato que conseguir atingir o índice estabelecido na tabela de desempenho mínimo executará o próximo teste (tração/isometria na barra fixa).

### 12.11 TRAÇÃO NA BARRA FIXA (Flexão e Extensão de braços somente para os candidatos do sexo masculino)



- 12.11.1Objetivo é medir indiretamente a força muscular de membros superiores por meio do desempenho em se elevar o queixo acima do nível de uma barra horizontal.
- 12.11.2 Para realização será necessário 01 (uma) barra metálica, disposta horizontalmente.
- 12.12 Dos procedimentos e critérios de avaliação:





- 12.12.1 Partindo da posição inicial (pegada) na barra, empunhadura em **pronação**, flexionar os braços ultrapassando o queixo em ângulo reto com o pescoço até a parte superior da barra, joelho em extensão, pés fora do solo, e voltar à posição inicial, ficando com os braços completamente estendidos. Não há tempo determinado para a execução dos movimentos, podendo o exercício ser executado de forma lenta ou rápida.
- 12.12.2 Para as contagens serão válidas as trações corretamente executadas e encerra-se o exercício assim que o candidato largar a barra.
- 12.12.3 Não é permitido:
- a) Impulsionar o corpo com as pernas ou balançar o corpo para executar cada flexão; Contato das pernas ou do corpo com quaisquer objetos ou auxílios, receber qualquer tipo de ajuda física, utilização luva(s), ou outros objetos que facilitem a empunhadura, da mesma forma que não será permitido o uso de pó de magnésio ou qualquer material para proteção das mãos.
  - b) Apoiar o queixo na barra.
- c) Não será computada a primeira tração, caso o candidato a realize com aproveitamento do impulso tomado durante o salto para a empunhadura na barra.
- 12.13 O candidato somente iniciará o exercício após a autorização do avaliador, que deverá fazer a contagem das repetições corretamente realizadas em voz alta.
- 12.14 Não haverá segunda ou mais tentativas para o teste da Barra Fixa.

### 12.15 Isometria de Membros Superiores Braços (somente para as candidatas do sexo feminino)



- 12.15.1 Objetivo é medir a força muscular de membros superiores.
- 12.15.2 Para realização será necessário 01 (uma) barra metálica, disposta horizontalmente.
- 12.16 Dos procedimentos e critérios de avaliação:
- 12.16.1 A posição inicial do exercício consiste na pegada na barra na posição pronação, braços flexionados, queixo em ângulo reto com o pescoço acima da parte superior da barra. A marcação do tempo se dará com o acionamento do cronômetro no momento em que o queixo da avaliada estiver acima do nível da barra, concomitante com os pés suspensos, sendo considerado o tempo enquanto a candidata permanecer desta forma. Quando a candidata abaixar o queixo do nível superior da barra ou se utilizar de qualquer apoio, o cronômetro será travado e o tempo anotado.
- 12.16.2 Não é permitido apoiar o queixo sobre a barra.
- 12.16.3 A avaliada, para tomar a posição inicial do exercício, poderá sair do solo ou se utilizar de apoio para tal.
- 12.16.4 É proibido receber qualquer tipo de ajuda física, utilização luva(s), ou outros objetos que facilitem a empunhadura, da mesma forma que não será permitido o uso de pó de magnésio ou qualquer material para proteção das mãos.
- 12.17 Não haverá segunda ou mais tentativas para o teste da Barra Fixa.
- 12.18 O teste da Barra será de caráter eliminatório. O candidato deverá atingir o tempo e ou repetições mínimas exigidas para realizar a prova da corrida, ficando eliminado candidato que não atingir o mínimo.





#### 12.19 DESCRIÇÃO DA CORRIDA



- 12.19.1 O candidato, deverá correr por 12 minutos. O teste será realizado em local com identificação da metragem ao longo do trajeto.
- 12.19.2 Objetivo é verificar a capacidade aeróbica do candidato para o ingresso na Guarda Municipal.
- 12.19.3 A metodologia para a preparação e a execução do teste de corrida para os candidatos dos sexos masculino e feminino obedecerá aos seguintes critérios:
- a) o candidato deverá correr por 12 minutos ou andar, não sendo permitido **parar** durante o percurso. Ao final do tempo o avaliador irá apitar e o candidato deverá parar e/ou caminhar no sentido transversal da pista, para medição do tempo percorrido
  - b) os comandos para iniciar e terminar o teste serão dados por um silvo de apito;
- c) não será informado o tempo que restar para o término do teste, mas o candidato poderá utilizar relógio para controlar o seu tempo;
- d) Durante a execução do teste, os fiscais da prova acompanharão o correto cumprimento do exercício, a distância percorrida pelo candidato. A responsabilidade de contar as voltas executadas na pista de teste é única e exclusiva do avaliador e seus auxiliares.
- e) após soar o apito encerrando o teste, todos os candidatos deverão permanecer no local onde estiverem e aguardar a presença do auxiliar da banca examinadora para liberá-lo. Ao término da prova é permitido ao candidato continuar a correr ou caminhar no sentido transversal da pista (lateralmente) no ponto em que se encontrava quando soou o apito de término do teste.
- 12.19.4 A correta realização do teste de corrida levará em consideração as seguintes observações:
- a) o tempo oficial do teste será controlado pelo cronômetro do presidente da banca examinadora, sendo o único que servirá de referência para o início e término do teste;
- b) orienta-se que, após o apito que indica o término do teste, o candidato não pare bruscamente a corrida, evitando ter um mal súbito, e que continue a correr ou caminhar no sentido transversal da pista (lateralmente) no ponto em que se encontrava quando soou o apito de término do teste;
- c) os candidatos que não percorrerem a distância mínima prevista para a no tempo estipulado serão considerados desclassificados.
- 12.19.5 Será proibido ao candidato, quando da realização do teste de corrida:
  - a) dar ou receber qualquer tipo de ajuda física (como puxar, empurrar, carregar, segurar na mão, etc.);
  - b) deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, após o soar do apito encerrando o teste;
  - c) parar durante a realização do percurso;
  - d) abandonar a pista antes da liberação pelo auxiliar de banca examinadora.
- 12.19.6 O teste será realizado em uma única tentativa.
- 12.20 Será eliminado do Concurso:
  - a) o candidato que não atingir nota mínima em cada etapa;
  - b) quaisquer outros itens de eliminação deste Edital;
  - c) Deixar de assinar a lista de presença;
  - d) deixar de comparecer ou não atender à chamada para execução dos testes;
  - e) vier a acidentar-se ou lesionar-se em qualquer um dos testes e não puder finalizar esta fase;
  - f) não obter a pontuação mínima de 9 pontos.
- 12.20.1 A prova de corrida será de caráter eliminatório. O candidato que não concluir a prova e/ou não atingir nota mínima será automaticamente eliminado.





- 12.21 Não será permitido o uso de relógio (exceto corrida), luvas, celular, cronômetro ou qualquer dispositivo eletrônico, nem acompanhante, no local, no horário e durante a realização dos testes.
- 12.22 A única marcação válida no teste do candidato será do avaliador e seus auxiliares.
- 12.22.1 É extremamente proibido filmagem por terceiros, anotações entre outros, podendo o candidato ser eliminado.
- 12.22.2 A banca de avaliação é soberana, sendo a única responsável pela avaliação de cada candidato.
- 12.23 O TAF será realizado na data, horário e local informados independente das condições climáticas.
- 12.24 As candidatas convocadas para o TAF que na data da avaliação estiverem gestante, deverão enviar atestado médico para organizadora, constando quantas semanas de gestão e previsão do parto, para que seja remarcado seu teste.
- 12.24.1 O endereço de entrega do atestado e demais informações constarão no Edital de convocação do teste.

### 13. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

- 13.1 Haverá Avaliação Psicológica para os candidatos **aprovados** no TAF, conforme descrito neste item. A avaliação psicológica a ser realizada por profissional credenciado junto a Polícia Federal, que visará adequação ao perfil profissional da vaga, avaliando as condições psíquicas do candidato para a utilização de arma de fogo e bom desempenho das atividades do cargo a que concorre, conforme determinam as diretrizes da Polícia Federal para a aquisição do Porte de Arma.
- 13.1.1 A avaliação Psicológica será realizada na cidade de Fazenda Rio Grande em data provável de 25 DE JUNHO DE 2023.
- 13.1.2 A lista dos candidatos convocados será publicada no dia 14 de junho de 2023, se necessário, alterar a data de realização das provas, sendo necessário comunicar os candidatos com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência.
- 13.2 Os candidatos convocados deverão comparecer em dia, horário e local estabelecido em edital de convocação específica para realização da Avaliação Psicológica a ser divulgado.
- 13.2.1 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da avaliação psicológica como justificativa de sua ausência ou atraso.
- 13.2.2 O não comparecimento, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso.
- 13.2.3 Não será feita avaliação psicológica fora do dia, horário e local designado por edital e pelos comunicados realizados no dia da testagem coletiva.
- 13.2.4 É de responsabilidade do candidato a identificação correta do local de realização da avaliação e o comparecimento no horário determinado.
- 13.3 Durante a realização da avaliação, não serão permitidas consultas de espécie alguma, bem como o uso de máquinas calculadoras, fones de ouvido, notebook, gravador, telefones celulares ou qualquer aparelho similar.
- 13.4 A avaliação psicológica tem por objetivo identificar aspectos psicológicos dos(as) candidatos(as) por meio do levantamento e síntese de informações, com base em procedimentos científicos e verificar se o(a) candidato(a) apresenta aspectos psicológicos compatíveis com o exigido para o desempenho das atividades e profissiografia do cargo. A Avaliação Psicológica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.
- 13.5 Será eliminado do concurso público o candidato considerado inapto na Avaliação Psicológica.
- 13.6 Para a etapa de Avaliação Psicológica serão aplicados testes psicológicos (método e técnica psicológica, desenvolvidos com base nos estudos científicos), que contemplem características psicológicas necessárias para o cumprimento das atribuições e responsabilidades de cada cargo. Os testes selecionados são aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e estão de acordo com a Resolução 009/2018. Os testes selecionados apresentam pesquisa com amostra que atendam aos mesmos critérios de escolaridade, idade e sexo exigido para os cargos, permitindo, dessa forma, fidedignidade dos resultados.
- 13.7 A avaliação psicológica será realizada por meio de testes psicológicos, aplicados aos candidatos de forma coletiva, ou seja, simultânea a todos os candidatos, em igualdade de condições e em dias e horários divulgados previamente em edital específico. 13.8 A atenção indispensável às explicações do avaliador é parte integrante do caráter avaliativo dessa etapa do concurso público, cabendo ao candidato esgotar suas dúvidas no momento em que são repassadas as orientações fornecidas, bem como estar atento ao tempo cronometrado pelo avaliador para o cumprimento da etapa.
- 13.9 Todos os candidatos ficam igualmente expostos à vulnerabilidade do estado de saúde, condições emocionais e desconfortos, portanto, não será reconhecida essa alegação como forma de pedido de revisão de resultados nessa etapa.





- 13.10 A Avaliação Psicológica será realizada em conformidade com a legislação do Conselho Federal de Psicologia, especificamente, a Resolução № 002, de 21/01/2016, que "Regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP № 001/2002".
- 13.11 A avaliação será interpretada pela a análise Quantitativa e Qualitativa pela comissão técnica responsável com referência ao manual dos instrumentos utilizados.
- 13.12 Quanto ao resultado da Avaliação Psicológica, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, sendo adotados os seguintes procedimentos:
  - a) será assegurado ao candidato Inapto conhecer as razões que determinaram a sua inaptidão na Avaliação Psicológica;
- b) será agendada data e horário para entrevista devolutiva de cada candidato considerado não recomendado, em edital a ser publicado para este fim;
- c) na entrevista devolutiva para o conhecimento das razões da não recomendação, será facultado ao candidato ser assessorado por psicólogo por ele contratado, e que seja devidamente inscrito em Conselho Regional de Psicologia, que também seja credenciado a polícia federal;
- d) O candidato considerado inapto poderá nomear um psicólogo, desde que atenda ao item anterior como seu procurador, para que este compareça ao local estipulado para a entrevista devolutiva, a fim de obter a abertura de vista do material da Avaliação Psicológica do candidato. Neste caso, é obrigatória a apresentação e entrega da procuração original, assinada pelo candidato, com firma reconhecida, com cópia da carteira de identidade do procurado (candidato) e do procurador (psicólogo). Não será aceita cópia da procuração, documento escaneado e/ou impresso, ou outro tipo de procuração que não o específico para verificação do resultado da Avaliação Psicológica;
- e) No procedimento de abertura de vista para o psicólogo, legalmente nomeado pelo candidato, serão observadas as seguintes condições:
- o psicólogo deverá estar regularmente inscrito e ativo, em algum Conselho Regional de Psicologia (CRP), conforme as normas do CFP e credenciado junto a polícia federal, cuja comprovação ocorrerá com a apresentação da carteira profissional e entrega do original ou cópia com firma reconhecida em cartório da declaração de "nada consta" expedida pelo CRP. O não cumprimento desta cláusula Editalícia, impossibilitará a realização do procedimento de abertura de vista e não haverá agendamento de nova data/hora para tal fim;
- 2) não será admitida a nomeação de psicólogo da ativa pertencente aos quadros da Guarda Municipal ou do Município de Fazenda Rio Grande, ou psicólogo com o qual tenha parentesco afim ou consanguíneo até o 3º grau ou cônjuge;
- para que seja realizada a análise técnica, o psicólogo nomeado terá acesso ao material psicológico somente no local, data e hora agendados;
  - 4) não será permitida a retirada ou registro do material psicológico;
- 5) o sigilo sobre as informações obtidas, bem como aquelas que serão fornecidas posteriormente, na entrevista de devolução ao candidato, serão de inteira responsabilidade do psicólogo e do candidato;
- 6) o psicólogo somente poderá representar um candidato por vez, a cada intervalo de tempo estabelecido no Edital de convocação para a Entrevista Devolutiva;
- 7) não será permitida ao candidato, nem ao psicólogo contratado, a retirada ou reprodução dos materiais dos testes psicológicos utilizados durante a entrevista devolutiva da Avaliação Psicológica;
- 8) será entregue ao candidato ou ao psicólogo, cópia de Laudo da Avaliação Psicológica, com os parâmetros alcançados na avaliação dos atributos psicológicos;
- 9) o psicólogo contratado somente poderá ter acesso à documentação pertinente à Avaliação Psicológica do candidato na presença de um psicólogo integrante da equipe do Instituto UniFil;
- 10) o psicólogo ou candidato terá o prazo de 3 (dias) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da entrevista devolutiva, para interpor recurso contra o resultado da inaptidão na Avaliação Psicológica.
- 13.13 A entrevista devolutiva será exclusivamente de caráter informativo para esclarecimento do motivo da inaptidão do candidato ao propósito seletivo, não sendo, em hipótese alguma, considerada como recurso ou nova oportunidade de realização da Avaliação Psicológica. As informações técnicas relativas ao parecer técnico só poderão ser discutidas com o psicólogo contratado, conforme a legislação vigente da classe. Caso o candidato compareça sozinho à entrevista devolutiva, tais aspectos técnicos não serão discutidos, bem como não será permitido o acesso aos testes realizados.
- 13.14 O candidato poderá interpor recurso administrativo em face ao resultado da Avaliação Psicológica, mesmo que não compareça à entrevista devolutiva, nem contrate um psicólogo para representá-lo.





- 13.15 Não serão, em hipótese alguma, aplicados novos testes em candidatos contraindicados.
- 13.16 Demais informações a respeito da Avaliação Psicológica constarão em edital específico de convocação.

### 14. DO EXAME DE SAÚDE, ODONTOLÓGICO E TOXICOLÓGICO

- 14.1 Haverá Exame Médico, Odontológico e Toxicológico para os candidatos aprovados no Exame Psicológico.
- 14.1.1 A entrega dos exames será na cidade de Fazenda Rio Grande em data provável de 20 DE AGOSTO DE 2023.
- 14.1.2 A lista dos candidatos convocados será publicada no dia 03 de agosto de 2023, se necessário, alterar a data de realização das provas, sendo necessário comunicar os candidatos com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência.
- 14.2 Todos exames e laudos serão custeados pelos candidatos.
- 14.3 O candidato, deverá apresentar os seguintes exames:
  - a) Hemoglobina;
  - b) Leucopenia;
  - c) Leucocitose;
  - d) Trombocitopenia;
  - e) Trombocitose;
  - f) Glicemia de Jejum;
  - g) Creatinina e Ureia;
  - h) Hormônio estimulante da tireoide (TSH);
  - i) TGO;
  - j) TGP;
  - k) Gama GT e GGT.
  - I) Oftalmólogico:
    - 1. Acuidade visual binocular e em cada olho, sem correção, utilizando-se da tabela optométrica de Snellen;
    - 2. Biomicrocospia;
    - 3. Fundoscopia;
    - 4. Teste de Estereopsia / visão de profundidade;
    - 5. Tonometria (binocular);
    - 6. Motibilidade Ocular (binocular);
    - 7. Teste de visão cromática (Ishihara);
    - 8. Os candidatos já submetidos a cirurgia refrativa deverão também fazer tipografia de córnea e paquimetria)

#### Cardiovascular:

- 1. Apresentar Laudo com Aptidão de Teste de Esforço;
- 2. Ecocardiograma.
- n) Ortopedista:
  - 1. Radiografia de Toráx (com laudo);
  - 2. Radiografia da coluna vertebral total para escoliose, (com laudo);
  - 3. Radiografia da coluna lombo-sacra em ântero-posterior, perfil e oblíquas (com laudo).
- o) Odontológico:
  - 1. Radiografia panorâmica odontológica;
  - 2. Avaliação da Arcada dentária, gengiva e tecidos moles;
- 3. Em caso de dentes artificiais; (descrever se há presença de Prótese, fixas unitária ou múltipla, incluindo avaliação sobre sua adaptação, sobre a presença de infiltrações e se aceitável funcionalmente; Se a Prótese for total, descrever se restabelece funcionalmente o candidato e se apresenta boa retenção e estabilidade);
- 4. Em caso de prótese removível; (deverá constar se restabelece o funcionalmente o candidato; deverá constar se apresenta boa retenção e se está com sua estrutura, metálica e/ou plástica, em condições aceitáveis).
  - p) Tipo e antígeno sanguíneo;
  - q) Eletroencefalograma;
  - r) Audiometria Tonal Limiar;
  - s) Exame Toxicológico de Queratina (cabelo, pelo ou unha) com detecção mínima de 90 (noventa) dias.





- 14.3.1 É necessária à coleta de material suficiente para produção de prova e contraprova. O resultado do exame deverá apresentar negatividade para:
  - a) anfetaminas: anfetamina, metanfetamina e ecstasy (MDMA, MDEA e MDA);
  - b) opiáceos (morfina, codeína e di-hidrocodeína);
  - c) canabinoides (maconha, skank, haxixe e metabólicos do delta-9 THC);
  - d) cocaína (derivados e metabólitos);
  - e) fenciclidina ou peniciclidina (PCP).
- 14.4 A banca nomeada pelo Instituto UniFil analisará os exames e os candidatos presencialmente, e caso o candidato apresente alguma doença/alterações que comprometerá o desenvolvimento da função será considerado inapto.
- 14.4.1 Se necessário a banca poderá solicitar exames complementares.
- 14.4.2 Serão analisadas as atribuições do cargo para análise dos exames.
- 14.4.3 Será também considerado inapto o candidato que apresentar psicopatologias graves e/ou patologias osteomusculares e/ou quaisquer patologias que impeçam o exercício da função, seja parcialmente ou integralmente e que possam ser agravadas pelo exercício da mesma, independente da condição de candidato deficiente ou não.
- 14.5 Haverá prazo recursal para Resultado dos Exames, e o candidato poderá apresentar exames contra prova.
- 14.6 Demais informações a respeito da Avaliação Médica/Odontológica/Toxicológica constarão em edital específico de convocação.

### 15. INVESTIGAÇÃO SOCIAL

- 15.1 A Investigação Social terá caráter eliminatório, será de responsabilidade do Instituto UniFil em conjunto com a Guarda Municipal de Fazenda Rio Grande e o candidato não receberá nota, mas sim considerado "recomendado" ou "não recomendado", para o cargo no qual está inscrito.
- 15.2 Esta fase terá início logo após a divulgação do resultado da Avaliação Psicológica, contudo, a entrega da documentação necessária para esta fase será feita no dia e local previsto para a Avaliação Médica.
- 15.3 O questionário da Investigação Social, que será disponibilizado no Anexo IV deste Edital, deverá ser preenchido e enviado conforme for informado em Edital de Convocação, dentro do prazo que será devidamente previsto no edital de convocação para esta fase.
- 15.4 Os candidatos convocados para a Investigação Social deverão entregar a documentação necessária em Local e data a ser oportunamente divulgado.
- 15.5 O questionário da Investigação Social deverá ter seu preenchimento conforme anexo IV, disponível no endereço eletrônico do Instituto UniFil, inclusive com foto e acompanhada de:
- 15.5.1 Cópia autenticada da seguinte documentação:
  - a. documento de identificação, com validade em todo o território nacional (RG);
  - b. cadastro de pessoa física CPF;
  - c. título de eleitor ou certidão do cartório eleitoral e comprovante de votação e/ou justificativa da última eleição, de ambos os turnos, se for o caso;
  - d. certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para candidatos do sexo masculino;
  - e. carteira de trabalho e previdência social CTPS ou documento equivalente que comprove a última ocupação profissional ou a atual, se for o caso;
  - f. comprovante de local de residência ou equivalente.
- 15.5.2 Originais dos seguintes documentos:
- a. certidões negativas dos ofícios de distribuição das cidades nas quais o candidato reside e/ou residiu nos últimos 5 (cinco) anos, abrangendo os feitos cíveis, criminais, de protestos de títulos, de interdição e de tutela;
- b. certidões negativas, cíveis e criminais, da Justiça Federal, nas quais o candidato reside e/ou residiu nos últimos 5 (cinco) anos.
- c. Folha de antecedentes da Polícia Federal e das polícias civis, dos estados ou do Distrito Federal, dos lugares em que residiu nos últimos 5 (cinco) anos, expedida no máximo nos últimos 6 (seis) meses;
- d. certidão negativa da Justiça Militar; e. certidão negativa eleitoral dos respectivos domicílios eleitorais nos últimos dois anos;





- e. declaração do candidato, com firma reconhecida em cartório, informando se está cumprindo ou não, sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual, municipal e/ou distrital;
- f. declaração com firma reconhecida em cartório de que não responde ou não respondeu a inquérito policial, estadual, federal ou militar, de que não faz transação em juizado especial e de que não teve nem tem contra si, em curso, ação penal por crime de qualquer natureza.
- g. declaração do candidato, com firma reconhecida em cartório, indicando as cidades onde o mesmo reside ou residiu nos últimos cinco anos.
- 15.6 Na Avaliação, serão examinados os atos da vida civil dos candidatos, podendo ser eliminados do concurso quando constatada conduta desabonadora em sua vida pública ou particular, desde que incompatível com a natureza da função de guarda municipal.
- 15.7 A avaliação deverá considerar os assentamentos funcionais dos candidatos, no caso de funcionário público.
- 15.8 São fatos que afetam o procedimento irrepreensível e a idoneidade moral do candidato:
- 15.8.1 Habitualidade em descumprir obrigações legítimas;
- 15.8.2 Relacionamento ou exibição em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais;
- 15.8.3 Vício de embriaguez;
- 15.8.4 Uso de droga ilícita;
- 15.8.5 Prática de ato atentatório à moral e aos bons costumes;
- 15.8.6 Respondendo ação por improbidade administrativa;
- 15.8.7 Prática de ato que possa importar em repercussão social negativa ou comprometer a imagem da Guarda Municipal.
- 15.8.8 Fazer vínculo ou associação com qualquer meio com entidade ou organização legalmente proibida.
- 15.8.9 Exonerado de cargo público ou destituído de cargo em comissão, no exercício da função pública, em qualquer órgão da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, mesmo que com base em legislação especial; 15.8.10 Demitido por justa causa nos termos da legislação trabalhista;
- 15.8.11 Existência de registros criminais;
- 15.8.12 Declaração falsa ou omissão de registro relevante sobre sua vida pregressa e social.
- 15.9 Os candidatos cuja conduta estiver enquadrada em qualquer dos fatos previstos no subitem 15.8, serão passíveis de eliminação do concurso.
- 15.10 Constatada a ocorrência de quaisquer dos fatos elencados no subitem 15.8, serão os candidatos notificados para apresentarem defesa escrita no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 15.10.1 A defesa será dirigida ao Instituto UniFil.
- 15.10.2 A defesa escrita, assinada pelo candidato deverá ser entregue por este ou por procurador, munido de procuração com autorização expressa para este fim, no endereço eletrônico do Instituto UniFil.
- 15.11 Compete ao Instituto UniFil fazer a análise da defesa escrita do candidato, que fundamentará o julgamento, expondo os argumentos de fato e de direito, em ata.
- 15.12 Caso seja decidido pela eliminação do candidato, este será devidamente notificado.
- 15.13 Todas as certidões deverão ser expedidas nos últimos 90 (noventa) dias que antecedem à data para entrega da documentação prevista no cronograma.
- 15.14 Qualquer omissão, infidelidade ou falsidade na resposta do questionário importará em eliminação do candidato do concurso, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal e administrativa que couber.
- 15.15 Os candidatos que não entregarem a documentação referente à avaliação nas datas estabelecidas, ou que forem considerados não recomendados nesta Avaliação, serão eliminados do concurso.
- 15.16 Será considerado não recomendado, e consequentemente eliminado do concurso, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que:
- 15.16.1 Não apresentar comportamento irrepreensível;
- 15.16.2 Não gozar de bom conceito moral e social, necessários ao exercício do cargo;
- 15.16.3 Prestar informações inverídicas.
- 15.17 Se antes da convocação para incorporação/inclusão/matrícula no curso de formação profissional ocorrer com o candidato qualquer fato relevante para a Avaliação da Investigação Social, ele deverá, de imediato, cientificar formal e circunstancialmente o ocorrido à Comissão Especial do Concurso Público, protocolando expediente junto ao setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande.





15.18 Caso seja constatado qualquer infidelidade ou falsidade na resposta do questionário, após a inclusão do candidato classificado, o Instituto UniFil e a Comissão Especial do Concurso instaurarão procedimento apuratório para avaliação das condições de permanência nas fileiras da corporação.

15.19 Demais informações serão divulgadas no Edital de convocação específico, na data oportuna.

### 16. CURSO DE FORMAÇÃO

- 16.1 Os candidatos classificados nas demais fase dentro do número de vagas, deverão realizar o Curso de Formação.
- 16.1.1 Curso de Formação de Guarda Municipal será de caráter classificatório e eliminatório, sob a responsabilidade do Município de Fazenda Rio Grande ou por banca credenciada.
- 16.2 Os candidatos convocados deverão matricular-se no Curso de Formação da Guarda Municipal.
- 16.2.1 Perderá o direito à matrícula no Curso de formação da Guarda Municipal sendo desclassificado, o candidato que deixar de apresentar na data estipulada para a sua efetivação, sendo chamado o que lhe seguir em classificação.
- 16.2.2 O candidato APTO no curso de formação/capacitação será nomeado na condição de GM, com vencimentos correspondentes Tabela do GM aluno.
- 16.3 O candidato será desclassificado do curso de formação, desde que:
  - I Não atinja o mínimo 70% de aproveitamento em cada disciplina;
- II Não registrar frequência de 100% (cem por cento) às atividades escolares, salvo em caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado
  - III Não atinja a capacitação física necessária para o cargo;
  - IV For condenado por qualquer infração penal dolosa, ainda que por fato anterior a sua admissão na Guarda Municipal;
  - V Utilizar-se de meios ilícitos ou fraudulentos em atividade de ensino ou avaliação.
- 16.4 O candidato que, ao final do curso de capacitação/formação, obtiver o aproveitamento satisfatório definido em regulamento próprio do curso, receberá o certificado de habilitação ao cargo de Guarda Municipal.
- 16.5 A formação dos guarda municipais deverá ter como base a Matriz Curricular Nacional em Segurança Pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça.
- 16.6 O Curso de formação terá aproximadamente 6 (seis) meses de duração.
- 16.7 Recomenda-se a todos os candidatos que leiam o Estatuto da Guarda Municipal de Fazenda Rio Grande na íntegra.
- 16.8 Durante o Curso de Formação a banca poderá solicitar novo exame toxicológico a qualquer momento.
- 16.9 Após o Curso de Formação será publicado a classificação final do candidato.
- 16.10 Demais informações serão publicadas no Edital de Convocação.

### 17. DO GABARITO

- 17.1 O Gabarito Preliminar da Prova Objetiva, acompanhado dos Cadernos de Questões (por tempo determinado), será disponibilizado no endereço eletrônico www.institutounifil.com.br.
- 17.1.1 Após a publicação os candidatos poderão protocolar recursos contra o Gabarito Preliminar.
- 17.2 Após a análise dos recursos contra o Gabarito Preliminar, será divulgado o Gabarito Definitivo que será válido para o resultado da Prova Objetiva.
- 17.3 Em caso de questões anuladas, essas serão pontuadas para todos os candidatos inscritos no cargo.
- 17.3.1 A banca poderá no prazo recursal alterar o Gabarito Preliminar, Anular a questão e/ou Manter o Gabarito Preliminar.

### 18. DA CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

- 18.1 A nota final de cada candidato será composta pela soma dos pontos da Prova Objetiva, acrescidos dos pontos obtidos na Prova Discursava, acrescidos dos pontos obtidos no Teste de Aptidão Física — TAF, acrescidos dos pontos obtidos no Curso de Formação.
- 18.2 A publicação do resultado final do concurso será feita em três listas, por ordem decrescente da pontuação final, sendo a primeira a lista geral com a pontuação de todos os candidatos; a segunda lista conterá somente dos candidatos concorrentes às vagas PCD; e uma terceira lista dos candidatos concorrentes às vagas de Afrodescendentes.





- 18.3 A classificação final no concurso público resultará da pontuação obtida pelos candidatos em forma decrescente, de acordo com as seguintes fórmulas:
  - a) Prova Objetiva + Teste Aptidão Física + Curso Formação: NF = PO + TAF + CF
- b) E Ser considerado APTO no Exame Psicológico, Exames Saúde/Odontológico/Toxicológico e Investigação Social
   18.4 Para efeito de desempate entre os candidatos que se apresentam em igualdade da pontuação, serão aplicados os critérios abaixo:
- a) For mais idoso, quando existir candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, dentre os classificados em igual colocação, com fundamento no Art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003);
  - b) Obtiver maior nota na Prova Objetiva;
  - c) Obtiver maior nota no Curso de Formação;
  - d) Obtiver maior nota no TAF;
  - e) Obtiver maior nota na prova de conhecimentos específicos;
  - f) Obtiver maior nota na prova de língua Portuguesa;
  - g) Obtiver maior nota na prova de matemática;
  - h) Obtiver maior nota na prova de informática básica;
  - i) Obtiver maior nota na prova de conhecimentos gerais;
  - j) Tiver maior idade;
  - k) Tiver maior número de filhos;
  - I) Permanecendo empate, será utilizado o sorteio público.
- 18.5 O resultado do Concurso Público será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, e nos endereços eletrônicos www.institutounifil.com.br e www.fazendariogrande.pr.gov.br.
- 18.6 A classificação no Concurso Público não gera aos candidatos o direito à nomeação para o cargo, cabendo a Administração o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de nomeação de todos os aprovados, respeitada sempre a ordem de classificação no Concurso Público.
- 18.7 Será desclassificado o candidato que:
- 18.7.1 Não estiver presente na sala ou local de provas no horário determinado para o seu início;
- 18.7.2 For surpreendido, durante a execução das provas, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado, conforme estabelecido no edital, ou praticando qualquer modalidade de fraude;
- 18.7.3 For surpreendido, durante a realização das provas, portando ou usando qualquer aparelho eletrônico nas dependências do local de prova, inclusive aparelhos celulares;
- 18.7.4 Não atingir a pontuação mínima para ser considerado classificado/aprovado;
- 18.7.5 Ser considerado inapto em alguma das fases;
- 18.7.6 Que chegar fora do horário estabelecido em Edital;
- 18.7.6 No momento da posse, não tiver os requisitos mínimos exigidos para o cargo.

### 19. RECURSOS

- 19.1 O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, no horário das 8h do primeiro dia até às 23h59min do último dia, ininterruptamente, contados da data de divulgação ou do fato que lhe deu origem devendo, para tanto, acessar o site <a href="www.institutounifil.com.br">www.institutounifil.com.br</a>, Concursos em Andamento, página específica do Concurso Guarda Municipal Fazenda Rio Grande, link Área Restrita do Candidato, e protocolar seu recurso.
- 19.2 Serão admitidos recursos contra:
  - a) Indeferimento das Isenções;
  - b) Indeferimento das Inscrições;
  - c) Gabarito Preliminar, sendo um recurso para cada questão da Prova Objetiva;
  - d) Resultado da Prova Objetiva;
  - e) Resultado do TAF;
  - f) Resultado da Avaliação Psicológica (devolutiva);
  - g) Resultado da Avaliação Saúde/Odontológico/Toxicológica;





- h) Resultado da Investigação Social;
- i) Classificação Preliminar.
- 19.3 Somente serão aceitos recursos dentro do prazo, fundamentados teoricamente e com referências bibliográficas.
- 19.4 Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento referido.
- 19.5 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, e-mail, telex, telegrama, ou outro meio que não seja o estabelecido neste item.
- 19.6 A decisão dos recursos deferidos será publicada no endereço eletrônico <u>www.institutounifil.com.br</u> procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e a divulgação de nova lista.
- 19.7 Depois de julgados todos os recursos apresentados, serão publicados os pareceres com as alterações necessárias.
- 19.8 Caso haja procedência no recurso interposto, este poderá eventualmente alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.
- 19.9 Os candidatos receberão suas respostas, no prazo estipulado no cronograma na sua área restrita e terá acesso, pelo período de 30 (trinta) dias.
- 19.10 Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:
  - a) em desacordo com as especificações contidas neste item;
  - b) fora do prazo estabelecido;
  - c) sem fundamentação lógica e coerência;
  - d) com argumentação idêntica a outros recursos;
  - e) cujo teor desrespeite a banca examinadora;
  - f) contra terceiros.
- 19.11 A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

### 20. NOMEAÇÃO

- 20.1 A nomeação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados, observada a necessidade e interesse da Administração e o limite fixado pela Constituição e Legislação Federal com despesa de pessoal.
- 20.2 A aprovação no Concurso Público não gera direito à nomeação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de Classificação Final.
- 20.3 Por ocasião da convocação, que antecede a nomeação, os candidatos classificados deverão apresentar os documentos originais que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrições, estabelecidos no presente Edital, acompanhados de cópias legíveis a serem entregues pelo no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande.
- 20.3.1 O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundação mantida pelo Poder Público, deverá – NO ATO DA POSSE – estar adequado ao disposto nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, informando e comprovando à Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande essa condição, dentro dos prazos estabelecidos.
- 20.3.2 O candidato deverá manter seus dados de endereço e contatos atualizados até a homologação do Concurso com o Instituto UniFil e, após a homologação, através de protocolo na Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande: Candidato Atualização de Dados, informando no mínimo o CPF, Nome Completo, nº do Edital de Concurso e Cargo, seguidos dos dados a serem atualizados.
- 20.4 A convocação referida no item 20.3 será através de edital específico publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, e no endereço eletrônico www.fazendariogrande.pr.gov.br
- 20.5 Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados na forma estabelecida no subitem 20.3 e 20.4.

#### 20.6 DOS DOCUMENTOS PARA A NOMEAÇÃO:

- 20.6.1 Para a nomeação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
  - a. Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;





- b. Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente, conforme requisito do cargo;
- c. Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
- d. Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
- e. Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
- f. Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral (www.tse.jus.br);
- g. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- h. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, e CPF.
- i. Uma foto 3x4 recente;
- j. Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
- k. Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
- I. Declaração de imposto de renda ou formulário próprio de bens e valores que constituem o patrimônio preenchido;
- m. Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
- n. Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
- o. Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal (disponibilizado pelo Município modelo);
- p. Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal (disponibilizado pelo Município modelo);
- q. Caso seja positiva, deverá apresentar também a certidão explicativa:
  - 1) Certidão de antecedentes criminais de:
  - a) Justiça Federal Criminal (4º região);
  - b) Justiça Federal Civil (4ª região);
  - c) Polícia Civil Instituto de identificação solicitar no Estado emissor do RG;
  - d) Justiça Estadual a ser retirada no Fórum criminal da cidade que reside;
  - e) Polícia Federal;
  - f) Quitação eleitoral;
  - g) Crimes eleitorais;
  - s) Extrato do CNIS a ser retirado no site do "MEU INSS", ou solicitar de forma presencial na agência do INSS.
- 20.7 O candidato convocado deverá obrigatoriamente realizar o Curso de Formação de Guarda Municipal para obter sua classificação final
- 20.8 A falta da apresentação dos documentos e declarações mencionados no subitem 20.6.1 caracterizará a desistência do candidato.
- 20.9 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
- 20.10 Caso seja necessário exames complementares para nomeação, deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Fazenda Rio Grande, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
- 20.11 O candidato pessoa com deficiência que for convocado para exames médicos admissionais deverá submeter-se aos exames previstos para a comprovação da deficiência declarada e da compatibilidade para o exercício do cargo.

#### 21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada no Diário Oficial Eletrônico do Município, e nos endereços eletrônicos www.institutounifil.com.br e www.fazendariogrande.pr.gov.br





- 21.2 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público valendo, para esse fim, a homologação do Concurso Público.
- 21.2.1 Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no Art. 31 da Lei nº 12.527/2011.
- 21.3 A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
- 21.4 Caberá ao Município de Fazenda Rio Grande a homologação dos resultados finais do Concurso Público.
- 21.5 Não serão admitidos troca de cargo ou local de realização da prova, sendo levado em consideração os dados constantes na ficha de inscrição.
- 21.6 Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso Público e pelo Instituto UniFil, no que tange à realização deste Concurso Público.
- 21.7 O Instituto UniFil e o Município de Fazenda Rio Grande não se responsabilizarão por apostilas e cursos preparatórios.
- 21.8 No dia da realização das provas, o Instituto UniFil poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal nas salas, corredores e sanitários, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.
- 21.8.1 Na Aptidão Física, o Instituto UniFil realizará a filmagem individual, com exceção da corrida que poderá ser coletiva, dos testes, que será exclusivamente para análise da banca e não será fornecida as imagens a nenhum candidato e/ou terceiros.
- 21.9 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou equívoco na distribuição, o Instituto UniFil tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em ata de sala ou coordenação.
- 21.10 O prazo de validade do Concurso é de 2 (dois) anos contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da administração.
- 21.11 Os colaboradores autorizados do Instituto UniFil e do Município de Fazenda Rio Grande, conforme exercentes de suas respectivas obrigações para o cumprimento da finalidade do certame, poderão ter acesso aos dados e informações, quando for necessário para o desenvolvimento ou execução dos trabalhos ou atividades aos quais estão obrigados, e serão responsabilizados pessoalmente pelas eventuais transgressões a este edital.
- 21.12 Os dados pessoais coletados por ocasião da realização das inscrições não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da parte interessada ou da determinação expressa de autoridade pública, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.
- 21.13 Instituto UniFil e o Município de Fazenda Rio Grande comprometem-se a que seu pessoal autorizado cumpra as obrigações derivadas deste edital, com o objetivo de assegurar a confidencialidade, segurança e proteção dos dados e informações a que se refere os seus respectivos dispositivos, assumindo o compromisso e compreendendo as responsabilidades decorrentes da necessidade de garantirem a proteção dos dados das informações dos participantes do certame, conforme sejam recepcionados, organizados, estruturados, catalogados e introduzidos nos respectivos sistemas de informações, nos termos e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
- 21.14 Instituto UniFil e o Município de Fazenda Rio Grande acordam que, se alguma delas for legalmente obrigada a revelar e/ou transmitir os dados ou as informações recepcionadas por ocasião da realização do presente certame derivado do presente edital, ainda que tais informações por requerimento de alguma autoridade competente, uma avisará por escrito a outra parte, com vistas a permitir ciência na defesa de seus interesses e direitos.
- 21.15 Referente às condições de Biossegurança serão aplicadas as normas/decretos do Estado vigente a época da aplicação da prova.
- 21.16 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Fazenda Rio Grande, 03 de fevereiro de 2023.

Marco Antônio Marcondes Silva PREFEITO MUNICIPAL





#### ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### GUARDA MUNICIPAL – FEMININO E MASCULINO

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto, ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor, argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos); Figuras de linguagem; Morfologia: classificação e emprego de classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronomes, verbos, advérbios, preposição, conjunção, interjeição); Sintaxe: classificação de sujeitos, classificação de verbos, predicados, vocativo, período composto por subordinação, período composto por coordenação e subordinação, concordância nominal, concordância verbal, uso da crase; Pontuação (uso de vírgula, aspas e ponto final).

Matemática: Raciocínio lógico: lógica e raciocínio lógico; Proposições e conectivos; Operações lógicas sobre proposições; Tabelas-verdade de proposições compostas; Tautologias e contradições; Equivalência lógica e implicação lógica; Álgebra das proposições; Argumentos; Sentenças abertas; Operações lógicas sobre sentenças abertas; Quantificadores. Raciocínio quantitativo: conjuntos, subconjuntos e operações básicas de conjunto; Conjuntos de números e desigualdade; Expressões e equações algébricas; Sequências e séries; Trigonometria, logaritmo e exponencial; Funções; Análise combinatória; Matrizes e determinantes; Geometria; Geometria analítica; Estatística e probabilidades; Matemática financeira.

Informática Básica: Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações: ambiente Microsoft Office. Sistema operacional: Windows. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Certificação e assinatura digital. Segurança da Informação.

Conhecimentos Gerais (Ano de 2020 até 2023): Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, saúde, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia suas inter-relações e suas vinculações históricas. Globalização. Problemas que afetam a vida da comunidade, do município, do estado e do país. Direitos Humanos: conceito; normas; evolução histórica no mundo; evolução histórico constitucional no Brasil; direitos e deveres, individuais e coletivos. Lei Orgânica do Município.

### **Conhecimentos Específicos:**

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:** a) Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.

- b) Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo.
- c) Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.

#### LEGISLAÇÃO ESPECIAL:

- a) Constituição Federal: Artigos 5º, 6º e 144.
- b) Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto Do Desarmamento): Do Porte (art. 6° ao 11"); Dos Crimes das Penas (art. 12 ao 21).
- c) Estatuto do Servidores Públicos Municipais de Fazenda Rio Grande.
- e) Lei nº 52/2012 Regulamento Disciplinar da Guarda.
- f) Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso): Disposições preliminares (art. 1° ao 7°) e Dos Crimes em Espécie (art. 95 a 108). Dos Direitos Fundamentais 4.2 das medidas de proteção dos crimes.
- g) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto Da Criança E Do Adolescente): Disposição Preliminares (art. 1° ao 6°); Da Prática de Ato Infracional (art. 103 ao 109); Do Conselho Tutelar (art. 131 ao 137) e Dos Crimes (art. 225 ao 244B). Dos Direitos Fundamentais.
- h) Código De Processo Penal: Capítulo sobre Prisão em Flagrante (art. 301 a 310).
- i) Lei n° 9605/1998 e suas alterações (lei dos crimes contra o meio ambiente).
- j) Código Penal (art. 1° a 6°; art. 13 a 19; art. 23 a 25; art. 121 a 129; art. 146 a 150; art. 155 a 159; art. 213 A a218C; art. 312 a 327).
- k) Declaração Universal dos Direitos Humanos.





I) Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas). m) Lei n° 13.869, de 2019) (Lei abuso de Autoridade).

Legislação de trânsito: Novo Código de Trânsito Brasileiro, abrangendo os tópicos administração de trânsito, regras gerais para circulação de veículos, os sinais de trânsito, registro e licenciamento de veículos, condutores de veículos, deveres e proibições, as infrações à legislação de trânsito, penalidades e recursos. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (em vigor até a data de publicação do Edital). Direção defensiva. Lei Federal 13.022/2014

Institui o Estatuto Nacional das Guardas Municipais do Brasil. Lei Federal 13.675/2018 - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).





### ANEXO II - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### **GUARDA MUNICIPAL**

- I exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II ser leal à instituição;
- III observar as normas legais e regulamentares;
- IV cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- VI levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
- VIII guardar sigilo sobre assuntos inerentes a função que não devem ser divulgados;
- IX manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X ser assíduo e pontual ao serviço, devendo comparecer conforme escala de serviço e convocações;
- XI tratar com urbanidade as pessoas;
- XII apresentar-se convenientemente trajado em serviço, com o uniforme determinado pela corporação;
- XIII ser justo e imparcial no julgamento dos atos de outrem;
- XIV acatar ordens das autoridades competentes se legalmente constituídas;
- XV cooperar e manter o espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho;
- XVI manter sempre atualizada sua declaração de família, de residência e de domicílio;
- XVII estar em dia com as leis, regulamentos, estatutos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções;
- XVIII proceder, pública e particularmente, de forma que dignifique a função pública;
- XIX frequentar cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento ou especialização;
- XX apresentar relatório ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou estatuto;
- XXI atender, prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelos órgãos jurídicos incumbidos da defesa do Município em juízo e expedir certidões requeridas para defesa de direito;
- XXII representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
- XXIII ser neutro em ocorrências, não tomando partido emocional, pessoal, fazendo cumprir a lei, e agir profissionalmente no andamento da mesma.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XXII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.





## ANEXO III - MODELO ATESTADO MÉDICO - TAF

ATESTADO MÉDICO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

Atesto que o(a) Sr.(a)		, portador(a) da
	, encontra-se em boas condições de saú	
de aptidão física previsto no Concurso F	úblico Edital 001/2023 da Prefeitura Municip	al de Fazenda Rio Grande – Guarda
Municipal.		
do	do 20	
, de	de 20	
CRM e assinatura do médico		
Carimbo (ou identificação no cabeçalho)		





## ANEXO IV – QUESTIONÁRIO INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Este formulário tem caráter confidencial e se destina exclusivamente ao uso de investigação social para Concurso da Guarda Municipal de Fazenda Rio Grande/PR. Declarações falsas ou omissões acarretarão a eliminação do candidato no certame.

Colar foto

Nome Completo: CPF:	
ITEM 1 - Informações pessoais, endereços e rede	s sociais
Identidade nº:	
Data Expedição: Órgão Emissor:	
UF:	
Naturalidade:	
Data Nascimento:	
Sexo:	
Estado Civil:	
Título de Eleitor:	
Endereço atual e o último em que residiu:	
(Endereço Completo com Quadra, Lote, Número e	CEP)
Endereço 1:	
CEP:	
Ponto de Referência: Cidade:	
UF:	
Data Início:	
Data Fim:	
Endereço 2:	
CEP:	
Ponto de Referência:	
Cidade:	
UF:	
Data Início:	
Data Fim:	





### **REDES SOCIAIS**

Cite todos os sites de relacionamentos que possui e respectivos endereços eletrônicos (e-mail, Facebook, Instagram, twiter, linkedin, etc) particulares e funcionais (informe todos que você possui):

Plataforma – 1:

Plataforma - 2:

Plataforma - 3:

Plataforma – 4:

Plataforma - 5:

### ITEM 2 – Informações Familiares

Dê informações completas sobre seus pais, irmãos e Cônjuge. Se você foi criado por padrastos, tutores legais ou outras pessoas que não são seus pais biológicos, a informação solicitada deve abrangê-los também.

Opção 1

Grau de parentesco

Idade

Situação (vivo/falecido)

Nome

CPF

Endereço

CEP

Ponto de Referência

Cidade

UF

Opção 2

Grau de parentesco

Idade

Situação (vivo/falecido)

Nome

CPF

Endereço

CEP

Ponto de Referência

Cidade

UF

Opção 3

Grau de parentesco

Idade

Situação (vivo/falecido)

Nome

CPF

Endereço

CEP

Ponto de Referência

Cidade

UF

Opção 4

Grau de parentesco

Idade

Situação (vivo/falecido)





Nome CPF

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE ESTADO DO PARANÁ

Endereço
CEP
Ponto de Referência
Cidade
UF
Opção 5
Grau de parentesco
ldade
Situação (vivo/falecido)
Nome
CPF
Endereço
CEP
Ponto de Referência
Cidade
UF
Opção 6
Grau de parentesco
ldade
Situação (vivo/falecido)
Nome
CPF
Endereço
CEP
Ponto de Referência
Cidade
UF
ITEM 3 – Informações Diversas
- Você já fez ou faz parte de algum Processo na Justiça, seja na condição de autor, indiciado, réu, testemunha ou ate
mesmo como vítima?
- Você já foi conduzido preso, apreendido, ou na condição de envolvido a qualquer repartição policial ou Juizado?
– Já esteve alguma vez envolvido, investigado ou indiciado administrativamente em Inquérito Policial, Sindicância
Administrativa ou Investigação Sumária?
- Você possui ou possuiu alguma arma de fogo?



- Pertence ou já pertenceu a qualquer sindicato, ou outra associação de classe?

- Você já experimentou ou faz uso de substâncias entorpecentes ilícitas (drogas)?

- Você é ou já foi filiado (a) a algum partido político?

O que você costuma fazer nas horas de folga?



 Você ou algum membro de sua família já foi examinado, tratado ou já esteve internado em virtude de distúrbios nervosos ou mentais, ou enfermidade prolongada?

- Você é motorista habilitado?

Forneça os seguintes detalhes:

Nº CNH:

Data de Expedição:

Local da Expedição Categoria:

Já teve sua Carteira de Motorista suspensa ou cassada?

Em caso positivo, forneça detalhes:

Já foi envolvido em algum acidente ao dirigir veículo?

Forneça detalhes:

### ITEM 4 – Informações Profissionais

Relacione, os DOIS ULTIMOS lugares em que esteve empregado, incluindo o atual. Dê endereços completos e as datas de inatividades entre cada período de emprego.

ATENÇÃO: Caso tenha trabalhado em empresa terceirizada, informe o endereço do escritório desta empresa, e também, o endereço do local onde você prestou serviços para a empresa que o contratou:

Emprego 1

Nome da Empresa:

CNPJ:

Período de trabalho – Início:

Período de trabalho – Fim:

Cidade da Empresa:

UF da Empresa:

Endereço:

Bairro:

Ponto de referência:

Função que desempenhava:

Chegou a sofrer punição?

Motivo da demissão:

Emprego 2

Nome da Empresa:

CNPJ:

Período de trabalho - Início:

Período de trabalho – Fim:

Cidade da Empresa:

UF da Empresa:

Endereço:

Bairro:

Ponto de referência:

Função que desempenhava:

Chegou a sofrer punição?

Motivo da demissão:

### ITEM 5 -Informações acadêmicas – Conclusão do Ensino Médio e Curso Superior Ensino Médio

Nome Instituição de Ensino:

Endereço:

CEP:





Cidade:			
UF:			
Data Início:			
Data Fim:	\		
Curso Superior (cas			
Nome Instituição de	e Ensino:		
Endereço:			
CEP:			
Cidade:			
UF:			
Data Início:			
Data Fim:			
Espaço destinado p	ara Complementações	: :	
		odas as questões contidas no presente formul	
		ofissional e escolar, isentando as pessoas, emp	oresas e estabelecimentos de ensino que
prestarem informaç	ções à investigação de	qualquer responsabilidade.	
	J.	4- 20	
	, de	de 20	
Assinatura do Cand		<del></del>	
Assinatura do Cand	iuato		
		39	INSTITUTO TO THE PARTY OF THE P

